

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

GABRIELLA SANTOS DA SILVA

**A COLONIALIDADE EM MEU CORPO: AS MULHERES QUE VIVEM EM MIM
FALAM POR SI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso - Campus de Rondonópolis, na linha de pesquisa Infância, Juventude e Cultura Contemporânea: Direitos, Políticas e Diversidades, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a Dra Priscila de Oliveira Xavier Scudder

**RONDONÓPOLIS - MT
2021**

GABRIELLA SANTOS DA SILVA

**A COLONIALIDADE EM MEU CORPO: AS MULHERES QUE VIVEM EM MIM
FALAM POR SI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso - Campus de Rondonópolis, na linha de pesquisa Infância, Juventude e Cultura Contemporânea: Direitos, Políticas e Diversidades, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a Dra Priscila de Oliveira Xavier Scudder

RONDONÓPOLIS - MT
2021

S586c Silva, Gabriella Santos da.

A Colonialidade em meu corpo: : As mulheres que vivem em mim falam por si /
Gabriella Santos da Silva. -- 2021

80 f. ; 30 cm.

Orientadora: Priscila de Oliveira Xavier Scudder.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de
Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Educação,
Rondonópolis, 2021.

Inclui bibliografia.

1. Decoloialidade. 2. Interseccionalidade. 3. Colonialidade. 4. Escrivivência. I.
Título.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CAMPUS DE RONDONÓPOLIS**

FOLHA DE APROVAÇÃO

**TÍTULO: A COLONIALIDADE EM MEU CORPO: AS MULHERES
QUE VIVEM EMMIM FALAM POR SI**

AUTORA: MESTRANDA GABRIELLA SANTOS DA SILVA

Dissertação defendida e aprovada em **15 de JUNHO de 2021**.

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

1. Doutora Priscila de Oliveira Xavier Scudder (Presidente Banca / Orientadora)

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso

2. Doutor Aguinaldo Rodrigues Gomes (Examinador Interno)

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso

3. Doutor Gerson Galo Ledezma Meneses (Examinador Externo)

Instituição: Universidade Federal Da Integração Latino-Americana

4. Doutor Henrique Antunes Cunha Junior (Examinador Suplente)

Instituição: Universidade Federal do Ceará

RONDONÓPOLIS, 15 DE JUNHO DE 2021



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILA DE OLIVEIRA XAVIERSCUDDER, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 15/07/2021, às 16:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gerson Galo Ledezma Meneses, Usuário Externo**, em 16/07/2021, às 10:33, conforme horário oficial de [Brasília](#), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aguinaldo Rodrigues Gomes, Usuário Externo**, em 21/07/2021, às 12:04, conforme horário oficial de [Brasília](#), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3596556** e o código CRC **2E1351D1**.

Referência: Processo nº 23108.042810/2021-73

SEI nº 3596556

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Priscila de Oliveira Xavier Scudder

Universidade Federal de Mato Grosso

Presidente da Banca/Orientadora

Prof. Dr. Aguinaldo Rodrigues Gomes

Universidade Federal de Mato Grosso

Examinador Interno

Prof. Dr. Gerson Galo Ledezma Meneses

Universidade Federal de Integração Latino-Americana

Examinador Externo

Prof. Dr Henrique Cunha Junior

Universidade Federal do Ceará

Examinador Externo (Suplente)

Dedico com afeto a todas que passaram pela minha vida.

Dedico às mulheres negras da diáspora.

Ao meu povo.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Fernanda e Silvano, pela luta incansável de formar uma filha. Pelos dias de conhecimentos compartilhados e amores sem medida. Pelos dias difíceis em que caminhamos juntos. Por todo apoio e amor incondicional. Por segurarem minhas mãos quando a ansiedade tomou conta do meu corpo.

À minha irmã Isabella, tão compreensiva desde tão pequena, por me fazer tão amada e querida. Pelos abraços dados e pelos abraços ainda esperados. A distância nunca nos separou.

Aos meus avós Adalcina e Maria Helena, Antônio, Paulo e Almir (*in memoriam*) por sempre acreditar em minhas teimosias, pelo carinho e afeto desde a infância. Pelas inspirações e lutas cotidianas, pelo colo e comidas gostosas sempre me esperando.

Aos meus tios Greyce e Tiago pelo incentivo, inspiração, amor e afeto, por me fazerem sentir especial e inteligente, por me mostrarem o caminho acadêmico e da militância.

À toda minha família, por sempre me esperar de braços abertos, lágrimas nos olhos e saudade latejante.

À meu irmão, amigo e confidente Francisco Otávio por me impulsionar, pela paciência e amor, pela dedicação e pela força que carrega em seus olhos. Pela potência e por estar sempre ao meu lado. À sua família que hoje faz parte da minha e em especial à Fabiana: obrigada, amiga por estar sempre presente.

À Juliane, Jaqueline e Victória, amigas que levarei em meu coração aonde estiver. Obrigada por me ensinarem tanto.

À Abayomi pela companhia inigualável e apoio durante essa escrita.

À Camila, Lorrainy, Elton e Verônica, pela acolhida, partilha de conhecimentos, medos, amizade, paciência e abraços nos dias árduos.

Às professoras Raquel e Beatriz pela acolhida tão fascinante.

Aos professores Gerson, Aguinaldo e Henrique Cunha, por levarem esperança às minhas produções.

À minha querida amiga e orientadora Priscila Scudder, por me inspirar nessa caminhada, por sempre ser um lugar de acolhimento e esperança. Por sua potência inesgotável. Por acreditar e por todo carinho.

Aos meus amigos universitários, por fazerem dos momentos pesados mais leves. Pelos sorrisos e lágrimas compartilhados.

Aos amigos que encontrei ao longo desses últimos anos, por me fazerem acreditar na pluralidade dos amores e na fascinante construção cultural brasileira e aos amigos de longas datas que levo em meu coração todos os dias, em especial à Ana Vitória, Cláudio André, Charles, Izadora e Yasmin.

Às mulheres negras por me direcionarem caminhos.

À CAPES por possibilitar a escrita deste trabalho.

Aos governos Lula e Dilma, por possibilitarem a entrada na universidade pública.

À população preta e pobre que perdeu suas vidas pelo COVID-19 enquanto trabalhavam expostos ao vírus.

A todos aqueles que o Estado genocida matou, por fazerem história, não os esqueceremos.

À população LGBTQAPI+, indígena, quilombola e ribeirinha, por resistirem.

Aos ancestrais por terem caminhado para que eu pudesse chegar até aqui.

RESUMO

Considerando a necessidade de produções acadêmicas feitas por mulheres pretas para mulheres pretas, para a reconstituição de suas histórias em formatos não-coloniais, a presente dissertação tem como objetivo investigar a forma que a colonialidade afetou meu corpo desde a infância até a vida adulta. Partindo da proposta metodológica “escrevivência” (EVARISTO, 1980), traço paralelos com a infância, educação, juventude e violências praticadas contra meu corpo feminino e preto para compreender os processos emancipatórios. O *locus* para a realização da pesquisa é a retomada histórica e de memória da minha vida em discussão com produções de autoras que amparam a proposta deste trabalho. Como aportes teóricos, apoio-me em Conceição Evaristo para construir o trabalho na perspectiva da escrevivência; fundamento-me, ainda, no referencial teórico-metodológico de Aníbal Quijano, Achille Mbembe, Frantz Fanon, Santiago Castro-Gomez e Ramón Grosfoguel, dos estudos decoloniais, concebendo uma produção que visa a ruptura total com a colonialidade, para que os povos latino-americanos tenham poder sobre suas próprias histórias. Para uma melhor análise e compreensão, diálogo ainda, com pesquisadoras feministas *negras* interseccionais e autoras pretas anteriores à interseccionalidade (Patricia Hill Collins, bell Hooks, Neusa Santos, Lélia Gonzales, Kimberle Crenshaw), localizando minha escrita a partir de um corpo preto, feminino, latino-americano, periférico e subjetivo. A partir da análise de sobre a colonialidade exercida durante minha história de vida identifico alguns reflexos e constato que: a) É necessário entender-se racialmente para caminhar contra as violências justapostas em nossos corpos; b) O colonialismo é violento e torturante e me causou diversos problemas sociais e psicológicos; c) Precisamos construir nossas histórias para sair da centralidade hegemônica branca-heteronormativa; d) Mulheres pretas, eu imploro: emancipem-se!

Palavras-chave: Decolonialidade. Interseccionalidade. Colonialidade. Escrevivência.

ABSTRACT

Considering the need for academic productions made by *black* women, for *black* women, for the reconstitution of their stories in non-colonial formats, the present dissertation aimed to investigate how coloniality affected my body from childhood to adulthood, starting from the methodological proposal *escrevivência* (EVARISTO, 1980), I trace parallels with childhood, education, youth and violence against my female and *black* body to understand the emancipatory processes. The locus for the realization of the research is the historical and memory retake of my life in discussion with productions of authors who supported the proposal of this work. As theoretical contributions, I support myself in Conceição Evaristo to build the work from the perspective of *escrevivência*, I also base myself on the theoretical-methodological reference of Aníbal Quijano, Achille Mbembe, Frantz Fanon, Santiago Castro-Gomez and Ramón Grosfoguel, of decolonial studies, conceiving a production that aims at a total break with coloniality, so that Latin American peoples have power over their own histories. For a better analysis and understanding, I also bring in intersectional *black* feminist researchers and *black* authors prior to intersectionality (Patricia Hill Collins, bell Hooks, Neusa Santos, Lélia Gonzales, Kimberlè Crenshaw), thus locating my writing from a *black*, female, Latin American, peripheral, and subjective body. From the analysis of my own narrative I identify some reflections of coloniality: a) It is necessary to understand oneself racially to walk against the juxtaposed violence in our bodies. b) Colonialism is violent and torturing and has caused me several social and psychological problems. c) We need to build our stories to get out of the white-heteronormative hegemonic centrality. d) *Black women*, I beg you: emancipate yourselves!

Keywords: Decoloniality. Intersectionality. Coloniality. *Escrevivência*.

SUMÁRIO

1 NOTAS DE POESIA.....	4
2 INTRO APRESENTAÇÃO.....	6
2.1 <i>O que está acontecendo? (re)Escrevendo em meio à pandemia.....</i>	10
2.2 <i>A língua portuguesa nos fere.....</i>	13
2.3 <i>E eu não sou humana? E eu não sou mulher? E eu não sou criança?.....</i>	15
2.4 <i>Em nome das Marias.....</i>	16
3 AUTOBIOGRAFIA POR MULHERES PRETAS.....	21
4 DECOLONIALIDADE PARA A EMANCIPAÇÃO E INTERSECCIONALIDADE PARA ENTENDER AS SUBJETIVIDADES DAS MULHERES PRETAS BRASILEIRAS.....	25
4.1 <i>Da decolonialidade.....</i>	25
4.2 <i>Da interseccionalidade.....</i>	28
4.3 <i>Emancipação.....</i>	31
5 EU QUE NÃO SOU DE FERRO!.....	32
5.1 <i>Memórias infantis.....</i>	32
5.2 <i>Subjetividades: Quando me percebi passiva, ansiosa, depressiva e impulsiva.....</i>	36
6 PRETA PATRÍCIA: QUEM VÊ CLOSE, NÃO VÊ CORRE.....	43
6.1 <i>Histórias da minha área: bucha, sabão e livro na mão: experiências como diarista, domestica e babá.....</i>	43
6.2 <i>GRITO EM SILÊNCIO</i>	47

7 POETA É BICHO SOLTO SABE QUE QUANDO TUDO ACABA RESTAM OS POEMAS.....	49
7.1 <i>Considerações sobre o conto Bife com batatas fritas de Cristiane Sobral.....</i>	49
7.1.1 <i>Epílogo: o refrão de um blues acinzentado.....</i>	51
7.2 <i>O dia mais triste do ano.....</i>	52
7.3 <i>Buba e o pé de carnaúba.....</i>	56
7.4 <i>Lembranças da casinha.....</i>	61
8 TRABALHO DOMÉSTICO: A COLONIALIDADE EM NOSSOS CORPOS.....	61
8.1 <i>Serena.....</i>	64
8.2 <i>Luatina.....</i>	65
8.3 <i>Joana.....</i>	66
8.4 <i>Verena.....</i>	68
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
10 REFERÊNCIAS.....	72

Notas de Poesia

Faço da escrita um lugar de superação e emancipação. Aqui é o espaço onde eu me liberto, onde sou escutada, onde marco eternamente o meu processo de libertação. As palavras são os pássaros, e eu me sinto o céu, com muito espaço para que elas voem.

Em um texto que gosto muito de Ryane Leão, ela diz que “(...) poeta é bicho solto sabe que quando tudo acaba restam os poemas.” (2019, p. 48) e eu acredito nisso quando olho pra trás. Pois, quando a vida foi dura, escrevi. Quando senti o abandono, escrevi. Quando fui paixão, escrevi. Quando fui fuga, escrevi. Quando me desesperei, escrevi. Quando chorei, escrevi. Nas solitárias viagens de ônibus enquanto alguns velhinhos reclamavam do ar condicionado, a mãe ligava para o filho avisando que já tinha almoçado, uma moça chorando pela saudade que deixara em outra cidade, e eu sentindo o mundo desabando como o dela, escrevi. Quando achei que minhas dores eram menores do que as das outras, escrevi. Quando fui comemoração e vitórias, escrevi. Quando era menina, escrevi. Quando me vi mulher, escrevi também. E continuo escrevendo. Carolina Maria de Jesus me inspirou e como ela enquanto houver ar em meus pulmões, as palavras serão o rascunho do peito.

*Mulheres fortes também choram.
Parece que dizer-me que sou guerreira
tira de mim essa possibilidade
de cair
ou
de simplesmente
chorar por uma paixão qualquer
a gente escolhe cuidadosamente
mas não nos relacionamos sozinhas
infelizmente para as mulheres negras
há uma*

GRANDE

probabilidade de corriqueiramente aparecer

alguém

para dizer

“aqui a solidão, tô indo embora

dance com ela”.

Notas sempre altas

primeiro lugar no mestrado

primeiro lugar na bolsa

primeiro lugar nas pontuações

determinada

tem a pele

o sorriso

os cabelos

leves

as pessoas sempre te associam à leveza

te admiram

se inspiram

você empodera mulheres pretas

o que falta para acreditar em você?

- In(Suficiente), para a mulher que não quero mais ser. (jan. 2019)

Estive há anos pensando nessa habilidade, talvez ancestral, de conseguir lidar com a vida buscando e concretizando sempre uma saída ou solução. Mas foi numa noite de quarta-feira calorosa de Rondonópolis, tomando uma cerveja na companhia de uma grande amiga, e debruçando-me sobre as preocupações ansiosas do futuro, que ela me disse: “Tenho a impressão que você sempre arruma uma solução. Tenho a impressão que a gente sempre dá conta.” Talvez seja isso mesmo, não importam quantas são as barreiras que colocarão em nosso caminho, nós

caminhamos fervorosamente acima delas até que nossos pulmões não respirem e nossos corações não pulsem. Caminhamos entre as brasas. Somos filhas da noite, da força, das vitórias. Quando nos levantamos não há força que não caia por terra e água que não vire cachoeira. É a força ancestral.

Uma garotinha passava com a mãe diante da estátua de um europeu que havia dominado um leão feroz com as próprias mãos. A garotinha parou, olhou-a intrigada e perguntou: “Mamãe, tem uma coisa errada com essa estátua. Todo mundo sabe que um homem não consegue ser mais forte que um leão”. “Mas, querida”, respondeu a mãe, “não se esqueça de que quem fez a estátua foi o homem.”

Katie G. Cannon em Patrícia Hill Collins

2 INTRO APRESENTAÇÃO

Sejam bem-vindas. Meu nome é Gabriella, tenho vinte e quatro anos. Venho da classe pobre paulistana. Neta e filha de trabalhadoras braçais, de militantes trabalhadores e operários. Neta de empregadas domésticas, filha de uma professora e de um homem *negro* que exerce múltiplas funções sociais econômicas. As colegas do bairro diriam: cria de favela. Escrevo de um lugar subalternizado, racializado e generificado. Não escrevo para agradar o academicismo branco. Escrevo para que as minhas consigam ler sem dificuldades. Este trabalho é escrito com emoção, com lágrimas, sorrisos, lembranças, cansaços, porres, leituras, sessões terapêuticas e medos. Não tenho a intenção de demarcar categoricamente termos acadêmicos, mas em determinados momentos isso será feito. Este texto é pessoal, o escrevo para lidar com minhas problemáticas, entender mais sobre mim e sobre as experiências coletivas de mulheres negras na infância e juventude. Considero o gesto de escrever um ato de descolonização. Aqui não há coadjuvante, aqui, sou papel principal, sou eu falando por mim. Concordo com a indicação de Grada Kilomba e nessa escrita deixamos de ser objeto para Ser papel principal (KILOMBA, 2019).

A dissertação é apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de pesquisa Infância e Juventude Contemporânea: Direitos, Políticas e Diversidades, com o intuito de levar à área da educação perspectivas localizadas fora padrões eurocêntricos de educação e de sociedade e proporcionar a *emancipação* (HOOKS, 2017). Falar sobre infância e juventude contemporânea é esquadrihar as políticas e organizações sociais que construímos ao longo da história da nossa cultura, da nossa sociedade e também do nosso país.

Para um apontamento formal e burocrático da academia, deixo demarcado que este trabalho é construído a partir da escrevivência, se apoia fundamentalmente na perspectiva decolonial e interseccional. Ao longo desta escrita, tenciono abarcar trajetórias individuais e subjetivas que em determinados momentos são também experiências coletivas de mulheres *negras*. Ao final busco apresentar a análise da colonialidade circunscrita em meu corpo (e não só no meu, mas no de muitas mulheres *negras* brasileiras). Aceitei o convite de Fanon (2008) para que escrevamos a nossa história e o convite de Kilomba (2019) para que não sejamos o *Outro*, porque concordo com Gonzales, que se para a grande inteligência intelectual branca nós somos o estorvo, o lixo, a partir de agora “o lixo vai falar e vai falar numa boa” 1984, p. 225).

Sou inacabada. Sobre a vida, ainda estou descobrindo e reformulando, na medida do possível, novas formas de sentir que se afastam da forma colonial de viver. Devido a minha formação acadêmica em História, entendo que mesmo recorrendo, impulsivamente, a uma linearidade, percebo uma fragmentação entre o começo da vida e o presente momento. Tal confusão existe porque mesmo sendo única biológica, física, social e psicologicamente, também sou milhares de mulheres com caminhos, vivências e experiências paralelas às minhas. Sou, portanto, todas aquelas que passaram por minha vida (EVARISTO, 1980), todos os raps que mostraram na adolescência que eu tinha poder, que a favela tinha força, que as mulheres *negras* eram poderosas. Sou todas rodas de samba repletas de ancestralidade. Sou todas as professoras que não desistiram da escolaridade pública. Sou parte das brechas que os antepassados abriram para que pudéssemos passar. Sou a brecha violenta no sistema. Sou a estudante que deu errado para eles. Sou esperança nos olhares infantis que me fazem espelho. Sou meus pais e meus avós. Sou parte reconstituída da história dos meus. Hoje me sinto leoa de uma grande savana, tenho em as minhas mãos a responsabilidade, o compromisso e o respeito de ponderar sobre a caminhada que trilho, suas razões, histórias, reflexos e personagens.

Nem sempre a autopercepção foi essa, e aqui registro esses caminhos. Há uma complexidade no processo de autoafirmação e autoaceitação das pessoas *negras*. Afirmar-se e aceitar-se não está diretamente ligado ao estar dentro de uma academia impulsionadora de determinados conhecimentos. Entender-se política, social e culturalmente enquanto sujeito racial perpassa primeiramente a infância, a família, nossas relações e subjetividades. Somos uma sociedade híbrida e as famílias e relações também são. Famílias *negras* e famílias de pretos e brancos educam seus filhos de formas diferentes (HOOKS, 2020). Sabemos que não há espaço para discussões raciais dentro da branquitude, e isso é um posicionamento frente aos racismos presentes na sociedade, já o não-diálogo sobre as questões raciais dentro das famílias negras é

uma forma de defesa contra os tipos de racialização na sociedade brasileira. Ainda sim, os locais que esses grupos familiares frequentam moldam de certa forma o ambiente, os posicionamentos políticos e as individualidades. Como exemplo, uma pessoa criada com aproximações no processo de produção do carnaval entende-se diferente de uma pessoa criada em realidade religiosa tradicional cristã. Da mesma forma, uma pessoa, que tem contato com a ancestralidade num terreiro de candomblé desde a infância, vê a sociedade e a si diferente de uma pessoa afastada de religiosidades e que só tem contato com a ancestralidade em outro momento da vida. Compreendo aqui, que a ancestralidade se apresenta a cada uma, onde é que ela esteja, em alguma etapa de sua vida, e a pessoa decide reconhecê-la ou não. Outro exemplo, muito bem explicado por Patrícia Hill Collins (2016) é que as mulheres constroem seus ativismos diariamente como respostas às opressões, violências e subjetividades. Essas diferenças não determinam que tais pessoas não reconheçam a si racialmente ou não sejam pessoas ativistas. Cada uma têm acesso, ou não, entendimento de si de formas diversas, de acordo com suas subjetividades e experiências, ou seja, a academia não é a única possibilidade de se entender política, social e racialmente.

Neusa Santos afirma que “uma das formas de exercer a autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo” (1983, p. 17) . Segundo a autora, assumir a identidade preta no Brasil é lidar com a identidade massacrada, com as perspectivas confusas e expectativas alienadas. É preciso pontuar que esse problema de identidade, quando pensamos na criação da autoestima das crianças, não está nas crianças *negras* e sim nas relações racistas criadas acerca delas. Não existe um problema de autonomia e autoestima com as crianças pretas, mas com a forma impositiva do racismo para com elas. Portanto, é a partir do que foi pontuado que posso dizer que, embora crescida em uma família com pessoas pretas e brancas, sempre soube que eu era *negra*. A ancestralidade sempre esteve presente em minha vida, me mostrando de onde eu vim, onde minhas raízes estavam fincadas. Seja no contato, sempre presente, com as plantas e a natureza, com as benzedoiras, os chás e remédios naturais, a conexão afetiva e identificação das pessoas de pele preta. É nessa conjuntura que continuo criando autonomia sobre minha identidade.

As cores de minha casa de infância são cores ancestrais. A arquitetura colonizadora e os santinhos católicos da casa de minha avó se misturam e perdem espaço pelas cores radiantes dos enfeites, pelo verde das plantas entre os sofás e o quintal bem no meio da cidade de pedra que é São Paulo. As cabaças penduradas, junto com os artesanatos feitos de madeira e as redes estendidas no quintal entram em contato com as memórias das fotografias espalhadas pelo nosso

lar. Uma moradia repleta de lembranças que inunda de paz todas as pessoas que adentram nela. O cheiro de doce de leite fervendo, o de feijão cozendo, as bolachas de arroz feitas em Jacobina. As almofadas coloridas feitas à mão e as bonecas de pano... A ancestralidade sempre esteve presente em minha vida, ainda que a sociedade racista me mostrasse o “*ser negra*” de uma forma negativa, negando a mim e aos meus os direitos básicos, provando desde muito cedo que não merecíamos colo e afeto. O meu lar junto à ancestralidade me mostravam ao contrário.

Essa mesma sociedade racista, homofóbica e machista foi durante anos (e ainda é) um problema devastador e que acompanha mulheres como eu desde a infância. Só comecei a problematizar, me situar no mundo, e me aceitar enquanto mulher preta durante a juventude pelo acesso a determinados estilos musicais (o samba, o rap e a mpb) e através da participação em movimentos estudantis. Essas experiências me auxiliaram também a perceber as violências do racismo na escola, na família e nas relações sociais. Foi, portanto, na universidade, no contato com colegas, nas discussões tanto em sala de aula, mesas redondas e eventos acadêmicos, quanto em mesas de bares, em saraus e festas, em trabalhos e serviços, com a entrada na vida adulta e no desenvolvimento da maturidade que essas problematizações se tornaram mais latentes e violentas. Hoje algumas autoras me ajudam a organizar e entender como o processo colonial se reflete em quem eu sou, e me auxiliam a perceber que há uma luta constante, quem sabe uma contradição, que me leva a integrar a sociedade ocidental, e ao mesmo tempo a me esforçar para não a reproduzir e me autoafirmar fora dos padrões coloniais e racistas. Grandes inspiradoras *negras* durante esse processo, não somente acadêmico, mas também de autocuidado e autoafirmação são: bell hooks, Conceição Evaristo, Grada Kilomba, graziely lemes, Glória Anzaldúa, Chimamanda Adichie, Carolina Maria de Jesus, Ryane Leão, Adalcina Lucio (minha avó), Jéssica Cantão, Djamila Ribeiro, Natália Souza (do incrível podcast “Para dar nome às coisas”), Tatiana Nascimento, Lélia Gonzalez, Kimberlé Crenshaw, Priscila Scuder, Beatriz Nascimento, Abayomi Jamila, Preta Rara, Beatriz Feitosa, Nicéia Quintino e Alessandra Pio. Essas mulheres usam da vida, da escrita e literatura não apenas como ferramenta de resistência e de denúncia das múltiplas opressões que elas sofrem, mas também como espaço de criação.

2.1 O que está acontecendo? (re)Escrevendo em meio à pandemia

Gostaria de demarcar histórica e socialmente o período desta escrita. O ano de 2020 e 2021, anos em que a escrita desta dissertação foi sendo elaborada, e as reflexões amadurecendo, estão sendo anos incomuns. Escrevo em meio a uma pandemia global, onde a humanidade se

vê frágil e amedrontada. Por isso, abro aqui, necessariamente, um subtítulo para situar a leitora da carga emocional e psicológica que levarei no decorrer do texto.

Entendo que o planeta em que habitamos já passou por crises, mudanças geográficas, históricas e econômicas. Desde que a influência capitalista ascendeu como principal forma de existir no sistema-mundo-moderno-colonial (CASTRO-GOMEZ e GROSGOUEL, 2007), instaurou como norma social o racismo, a desigualdade, a fome e a miséria. Em pouco tempo, a única conexão que nossas ancestrais tinham com a natureza foi se perdendo, aos poucos, substituímos plantas sagradas e rituais de cura, por químicos viciantes e rituais de morte.

Não é de surpreender que estatísticas geográficas demonstram que o planeta se encontra em condições ambientais emergentes: a atmosfera e o oceano sobrecarregado de carbono, a poluição¹ e as mudanças climáticas aquecendo cada vez mais os oceanos e o ar e a grande queima de combustíveis fósseis da agricultura que espalha cancerígenos no ar. Além disso, a destruição das florestas², causada pelo desmatamento em nome do capitalismo (seja para extração, seja para ocupação territorial agrária), impulsiona os altos níveis de carbono, já que as árvores são responsáveis pela diminuição do elemento químico no ar. Essa destruição provocada pelo sistema-mundo capitalista, provoca ainda a extinção de espécies animais, e retira, o direito de existir de todas as formas de vida, como também aniquila o equilíbrio da natureza (além do genocídio das populações tradicionais). Esse processo ganancioso, preocupado com a produção, venda e consumo de bens com o fim único de auferir lucratividade, destrói habitats e cria práticas que colocam a vida de todos os seres em total desequilíbrio e extinção. Outrossim, a degradação do solo causada pela exploração excessiva agropastoril, agroindustrial e de materiais tóxicos continuam danificando milhões de hectares ano após ano³.

Estamos numa caminhada mortal contra o planeta, em uma guerra absoluta contra a Mãe Terra que, por sua vez, sempre se mostra não controlável. Ocorre que em meio aos princípios capitalistas e racistas, a ciência esgota seus esforços em busca de curas e soluções, que não

¹ Vide as contribuições do fundador e diretor-executivo da Global Footprint Network, Mathis Wackernagel e do PhD em Ciências Químicas pela Universidade de Siena University e pesquisador do Programa de Contabilidade Nacional da Global Footprint Network, Alessandro Galli em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=1026:catid=28

² Vide as pesquisas do ano de 2019 sobre a destruição da Amazônia em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/23/politica/1566577160_825467.html

³ Vide pesquisa sobre o processo de erosão acelerada e degradação do solo feita em Anápolis-GO em: <https://revistas.ufg.br/espaco/article/view/61021/34834>

chegam à população preta e pobre, que continua sendo mão de obra barata, explorada em todos os níveis, sendo obrigada a estar em condições precárias de trabalho e saúde.

Destarte, o ano é 2020. Com certeza, nos últimos minutos de 2019, em meio a fogos, brindes, abraços apertados, lágrimas e sorrisos, as pessoas não faziam ideia do que estava por vir. Lembro que às 4 horas da manhã, depois de comemorar, chorar e sorrir pelo ano que passou, no dia primeiro de janeiro, senti a brisa da madrugada e fiz planos. Ano em que prometi ser mais forte, ir atrás dos sonhos com mais vontade, me levar para passear, tomar vinhos, conhecer pessoas, me abrir ao mundo e aceitar as surpresas que a vida nos oferece.

Naquele dia primeiro, o coração estava apertado e a ansiedade pelo amanhã tomava conta do meu corpo. Não era muito diferente do restante da população brasileira. Esperançosa, desejava que, finalmente, 2020 fosse diferente dos últimos anos, para que a população se erguesse politicamente contra as imposições do (des)governo atual brasileiro. Nas ruas e nos olhos, nos primeiros dias do ano, esperanças e expectativas eram os sentimentos que impulsionavam a maior parte da população. Para umas, a esperança de sair do desemprego, para outras, a esperança de finalmente cumprir sua pena, para algumas, o ano em que sairia o financiamento da sonhada casa própria. O nascimento do filho, da sobrinha, da neta. A conclusão da faculdade. O começo do namoro. As bodas de prata no casamento. O vestibular. A certeza de novos recomeços. A esperança pela mudança da vida.

Ainda no carnaval, acreditamos ser indestrutíveis e desdenhando que um vírus que se espalhava pela Ásia e Europa chegaria na América. Grande ilusão... Enquanto pensávamos isso, a COVID-19⁴, o novo coronavírus, já estava entre nós e rapidamente se tornou uma pandemia. É fundamental pontuar aqui que não foi a população pobre que trouxe o vírus para o país, já que chegou pelas classes média e alta viajantes (compostas por pessoas que não sofrem tanto com os reflexos da doença, pois são bem alimentadas, portadoras de convênios na rede privada de saúde, com acesso a médicos particulares, e com o privilégio de manter o distanciamento social). Dessa forma, o vírus espalhou-se primeiramente nas grandes capitais, afetando cada dia mais a população pobre. Trabalhadoras de todas as áreas, em especial da saúde, dos serviços básicos e da ciência se empenharam, e continuam se dedicando, exaustivamente, para que consigamos sair dessa situação. O governo, que já não sabia se organizar e que não representava a população mais pobre, não soube lidar com a situação e em

⁴ “A COVID-19 é uma doença causada pelo novo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves.” Retirado da plataforma sobre o coronavírus, criada pelo Ministério da Saúde. Vide em: <https://coronavirus.saude.gov.br/>

poucas semanas o SUS entrou em colapso e nosso país se tornou o primeiro da América Latina com mais mortes por Covid-19. Enquanto escrevo, completamos um ano e um mês de pandemia e quarentena. Os números de mortes aumentam todos os dias e segundo dados da BBC Brasil em um dia morreram mais pessoas no país do que 133 países em um ano de pandemia⁵. Esses corpos mortos têm rosto e identidade. Foi a população pobre e os corpos *negros* que mais sofreram nesse processo pandêmico e econômico no Brasil, justamente porque a quarentena não é um direito extensivo às trabalhadoras braçais, para as ambulantes, trabalhadoras dos serviços básicos, trabalhos dos comércios, empregadas domésticas e grande parte da população *negra* e pobre do país, que não pode deixar de trabalhar. Além disso, o número de desemprego e suicídio⁶, causados pelo fechamento dos comércios e isolamento social, continua crescendo de acordo com pesquisas. Quando eu escrevia no dia 27 de julho de 2020, os dados registravam 88.539 e 2.483.191 casos confirmados⁷. Hoje é dia 22 de abril de 2021 e estamos no auge de mortes por coronavírus, sem leitos nos hospitais e o recorde de 381.472 mil mortes e 14.122.795 casos confirmados⁸.

É em meio ao medo, insegurança, tristeza e perdas que as escrevo. Não é um momento fácil psicologicamente e emocionalmente para ninguém. Ao mesmo tempo que tudo para, nossos trabalhos continuam acontecendo remotamente e a distância, trazendo-nos, além de todos os sentimentos já colocados, uma preocupação com essa forma de educação excludente, que não possibilita o acesso e as condições necessárias para que os mais pobres participem deste estranho processo “educativo”, alguns insistem em nomear a condição em que nos encontramos como “novo normal”.

O isolamento social, o afastamento da família e dos amigos, da universidade, das aglomerações, viagens e passeios me mostraram o quão importantes são as relações sociais em nossas vidas. Estar sozinha e saber lidar com isso de forma assertiva é fundamental, porém também precisamos do toque, do abraço, das gargalhadas e dos encontros. Ter pessoas ao redor é acreditar que a vida vale a pena. Neste momento, estou sentindo profunda saudade de abraçar meus amigos, de revê-los, cantar bem alto numa mesa de bar, levantando o copo na mão, dançar forró e almoçar em família. Estar só é bom, mas estar fisicamente isolado não faz bem para a

⁵ Vide em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56661590>

⁶ Ver “Impactos psíquicos de uma quarentena” de Bárbara Figueiredo em: <https://academiamedica.com.br/blog/impactos-psiquicos-de-uma-quarentena>

⁷ Vide em: <https://coronavirus.saude.gov.br/>

⁸ Vide em: <https://covid.saude.gov.br/>

saúde psicológica (porém, neste momento, para quem é privilegiado, é fundamental para a saúde física).

Além disso, quero registrar a importância da ciência. Este é um momento de revalorização da ciência, momento em que a sociedade pôde ver de perto a necessidade das produções acadêmicas, já que, se me recordo, há menos de três anos atrás, o atual presidente do país fazia discursos sobre a desnecessidade da contribuição científica, cortando verbas, bolsas e instigando as pessoas a acreditarem que o que fazemos na academia não influencia, nem colabora no cotidiano do país. Visto a corrida pela vacina em todos os países, os cientistas de todos os campos da ciência (exatas, biológicas e humanas), continuam a todo momento procurando por soluções efetivas e práticas para o caos instaurado. Assim, pontuo, também, a importância das agências de fomento e a importância social das bolsas para que pesquisadoras e estudantes de baixa renda permaneçam produzindo ciência. Neste momento, só estou resguardada no afastamento social e produzindo conhecimento científico pelo privilégio que é ser bolsista da CAPES. Embora teça críticas duras à ciência hegemônica propondo revisões, demarco a sua necessidade e importância para a vida no contexto geral.

De certo, a ciência é importante, assim como os saberes ancestrais e a medicina da floresta. Os alertas dos povos originários e tradicionais, que há muito diziam sobre o perigo da ocorrência de doenças e epidemias por conta da contínua destruição das florestas. Porém, não podemos deixar de lado, o fato de que o *sistema-mundo-moderno-colonial e o racismo epistêmico* (CASTRO-GOMEZ; GROSFUGUEL, 2009), reduziram as possibilidades de conhecimento, estudo, cura, cuidado e manejo da terra e de seus elementos, dando maior enfoque e atenção à ciência hegemônica, a medicina branca ocidental, a indústria farmacêutica e tudo aquilo que gera lucro e transforma a Mãe Terra em produto mercantil.

2.2 A língua portuguesa nos fere

Alguns apontamentos são necessários para dar continuidade ao trabalho, deixando claro, os incômodos com a língua portuguesa. Uma das marcas mais fortes da colonização em nosso país é a língua, que se mantém ancorada em terminologias racistas, patriarcais e violentas. Diferente das línguas nativas e das demais línguas coloniais modernas⁹, a língua portuguesa provém de uma linguagem colonial que não teve grandes modificações e atualizações, a maioria das outras línguas não possuem variedade de gênero, enquanto a nossa está baseada em um pilar

⁹ São seis as línguas coloniais modernas: espanhol, português, alemão, inglês, italiano, francês.

binário, heteronormativo e masculino, não permitindo variações de gênero, não considerando oficialmente o feminino, neutro ou quaisquer gênero não violento para com a população LGTBTTQIA+. Além disso, algumas alterações recentes que contemplam tais demandas não são oficiais da língua (ex.: o gênero neutro com “e” ou “u”, “elu/delu”, “menine/garote”), portanto, excluem a população do acesso às novas atualizações, mantendo o debate apenas na academia. Também não nos é permitido utilizar o “x” no final das palavras, visto ser considerado erro ortográfico e não contempla o entendimento das pessoas com deficiências auditivas e visuais. Outrossim, de forma colonial racista, as palavras usadas para se referir às pretas sempre são baseadas em uma negação. Politicamente, o termo “*negro*” é utilizado por intelectuais como forma política de autoafirmação, mas também traz uma problemática colonial de nomeação das populações tradicionais e escravizadas já que quem decidiu nomear nossa população como *índio* e *negro* foram os colonizadores. Portanto, proponho-me a colocar em itálico as *palavras que trazem cunho racista*¹⁰ na língua portuguesa, além de substituir o gênero masculino de certas palavras, colocando-as no feminino.

Há uma problemática colonial a ser revista em nossa língua. Gostaria muitíssimo de escrever de uma forma inclusiva e não violenta para comigo e todas aquelas que também se sentem agredidas, mas isso se dá em um outro processo, vamos caminhando de acordo com nossos pés. Cláudia Pons (2017) citando Maria Lugones, aponta que

gênero como categoria também foi construída pelo colonialismo, desse modo, “as categorias homem e mulher recebem significados diferentes em corpos colonizados e não colonizados. E por isso precisam ser questionadas, fazendo-se necessário descolonizar o gênero (2008, apud PONS, 2017, p. 2)

Em consequência disso, e nesse processo de emancipação¹¹ causador de muitas dores e reflexões, percebo que ainda não tenho a possibilidade de modificar totalmente a escrita deste trabalho. A colonialidade¹² nos afeta e nos machuca diariamente. Portanto, deixo registrado o incômodo com a língua e a necessidade de tal mudança. Fico na expectativa e esperança de que

¹⁰ a) O termo raça será utilizado como categoria de análise e não como categoria biológica. b) Segundo Fanon (2008) não existe branco ou preto, negro ou indígena, existem construções criadas para diferenciar e categorizar humanos.

¹¹ Trago e entendo o termo emancipação como forma de rompimento com a colonialidade. A emancipação atravessa a existência do meu corpo, a minha existência no mundo. Compreendo também a emancipação como um processo formativo de atravessamentos interseccionais e subjetivos, de reapropriação e ressignificação.

¹² Colonialidade é colocada aqui como reflexos gerais da colonização por meio de um padrão de poder hegemônico (QUIJANO, 2000)

eu possa fazer isso em outros trabalhos, contribuindo com pesquisadoras também incomodadas com o uso da língua imposta pelo colonizador.

2.3 E eu não sou humana? E eu não sou mulher? E eu não sou criança?

Outra problemática que não posso deixar passar despercebida antes de adentrar nas discussões teóricas é a predominância do *sujeito universal* na ciência. A língua nos direciona à essa compreensão, além disso, a ciência branca patriarcal hetero-cis-normativa continua corroborando para que mulheres, LGTBTTQIA+ e crianças *negras* não existam. Nós existimos e exigimos nosso direito de falar. A infância ainda é estudada de forma geral como uma infância branca, burguesa e masculina, produzida na Inglaterra e na França, (infância essa, ligada ao capitalismo, controle, proteção, inocência e cuidado), vide os principais autores que estudamos nas áreas da infância e juventude, autores esses, brancos, burgueses com saberes geograficamente localizados na Europa que trazem contribuições fundamentais sobre a criança, a família e a sexualidade, como Philippe Ariés (1981), ou René Schérer (2009), mas que não fogem do padrão branco, masculino, heteronormativo, infantil e não nos representam, nem a realidade, menos ainda a vivência dos meus.

Nessa acepção, vejo que é fundamentalmente necessário repensarmos um conceito de infância que não seja pautado apenas nas crianças brancas/europeias e sim uma infância decolonial que pense as crianças latino-americanas, mulheres, indígenas, *negras* e pobres (CASTRO-GOMEZ, GROSFUGUEL, 2007), e não uma criança universal. Não me proponho a definir este conceito (pois acredito que a ciência precisa com urgência revisar em sua totalidade a forma como pensa o sujeito universal), mas a desconstruir, em certa medida, a infância a partir dessas constatações decoloniais e interseccionais, tal como é estruturada no cotidiano das infâncias *negras* femininas afetadas pela colonialidade e abrir possibilidade de pensarmos infância a partir de pensadores como Daniel Munduruku e Renato Nogueira.

Fazendo uma analogia ao primeiro livro de bell hooks, “E eu não sou uma mulher?” (1981), em que ela expõe a negligência dos homens e mulheres brancas para com as mulheres *negras*, e também, ao discurso “*Ain’t I a woman?*”¹³, da ex-escravizada norte americana

¹³ “Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari 3 treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha

Sojourner Truth, na Convenção dos Direitos da Mulher, em Ohio (1851)¹⁴, afirmo à academia, produtora e reprodutora de discursos e práticas hegemônicas: sua infância não traz aspectos da minha realidade, o que você traz tampouco diz sobre as infâncias ribeirinhas ou yanomami, que infância é essa que o filho chora e a mãe sempre acode? Não há preocupações em nenhum âmbito da vida social com nossos corpos *negros* femininos que desde muito cedo precisam provar sua potência e sua suficiência.... Então, que infância é essa? E eu não sou parte dela? E eu não sou mulher?

É, necessariamente, por meio da emancipação que venho falar sobre a minha infância e juventude, que talvez contemple a existência de outras crianças e pessoas *negras*... E isso me deixa emocionada. A representação, a autoafirmação e autopercepção sobre si e sobre o mundo se faz necessária para lidar com esses empasses cotidianos. E para nós que estamos dentro da academia, é um embate com o saber-poder da ciência eurocêntrica ocidental.

2.4 Em nome das Marias

O colonialismo é uma ferida que nunca foi tratada. Uma ferida que dói sempre. Por vezes infecta, e outra vezes sangra. (Grada Kilomba)

Esta dissertação é um marco histórico para os meus. E não só por conta da obtenção de um título e sim sobre uma libertação racista, sexista e patriarcal. É a emancipação na prática! E a diferença aqui é que o “objeto de estudo” é a minha vida, concatenada com as produções, teorias e conhecimentos de algumas autoras. Isso carrega uma grande responsabilidade, respeito, cuidado e um autoconhecimento que levo daqui em diante. Acredito em uma escrita com a alma, que explora todas as inquietudes psicológicas e físicas, e quando escrevo é porque já não cabe guardar tanta coisa num só corpo... Em alguns momentos transbordo.

Para Conceição Evaristo (1980), não somos apenas uma pessoa, somos todas aquelas que passaram por nós e residem nos “becos” de nossas memórias, não somos únicas e não escrevemos sozinhas. Evaristo criou o termo *escrevivência*, que permite a revisitação daqueles que passaram por nós e as experiências que vivemos ao longo da vida, é a escrita da vivência.

dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?” Em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>

¹⁴ Vide exposição em: <https://medium.com/@imaeditorial/a-escravizada-que-perguntou-e-eu-n%C3%A3o-sou-mulher-4bff4b2e2421>

Enquanto brasileira, compreendo que os efeitos da colonização se dão em todos os aspectos de nossas vidas. Portanto, é em meio à inquietações, no presente que trabalho e procuro compreender, traçar e analisar, por meio de pesquisa teórica e da escrevivência como a colonialidade influenciou em minha trajetória de vida, e trago como matriz teórica o que Hooks (2017) determina como *Emancipação*. A escrevivência é um conceito criado por Conceição Evaristo (1980) para demarcar a autobiografia e as relações de experiências particulares ou coletivas. Para a autora, as experiências individuais são subjetivas, e é, portanto, a partir da escrita da vivência que os afro-brasileiros demarcam suas histórias, representatividades, identificações, compondo um contra-discurso hegemônico. Portanto, em concatenação com a escrevivência e fundamentada no referencial teórico dos estudos decoloniais e interseccionais (Conceição Evaristo, Lélia Gonzalez, Carolina Maria de Jesus, Neusa Santos, Chimamanda Adichie, Djamila Ribeiro) procuro compreender de que forma a colonialidade afetou meus caminhos enquanto mulher *negra* latino-americana desde a infância até o presente momento, além de refletir sobre as implicações e caminhar para a emancipação. Emancipação enquanto matriz teórica proposta por Hooks (2017) para pensar que os corpos racializados e violentados pela colonialidade são corpos atravessados por inúmeras formas de educação e que essa mesma educação fundida com cultura e história se torna um anseio de identificação, reconstrução e inspiração para pessoas pretas. Assim, proponho dialogar com conceitos advindos das perspectivas interseccionais (hooks, 2019; CRENSHAW, 2002 e DAVIS, 2016), outridade (KILOMBA, 2019), da decolonialidade (QUIJANO, 2005) e (CASTRO-GOMEZ; GROSGOUEL, 2007), além de problematizar questões como a necropolítica (MBEMBE, 2014), e a infância a partir do conceito afroperspectivista (NOGUERA, 2019) e pindorâmico (MUNDURUKU, 2009). As autoras citadas acima darão suporte teórico para discutirmos, além da colonialidade, educação, heteronormatividade, cultura, políticas de extermínio, racismo, etnicidade, história e autoafirmação da população *negra*. Este trabalho se localiza no campo da educação e tenciona contribuir para a educação das relações etno raciais tendo a vista a produção de histórias do nosso povo para o nosso povo (FANON, 2008) e tem a intenção de trazer a proposta emancipatória não só a mim, mas a todas aquelas mulheres *negras* que também tiveram passaram pelas vivências coletivas como eu. Esta dissertação é um convite para a emancipação de minhas irmãs e de meu povo para descolonizar-se.

Em suma, a interseccionalidade analisa questões sociais a partir da junção dos marcadores de raça, classe e gênero; com o conceito de necropolítica situo as políticas de controle e morte do Estado para com os corpos *negros*; a outridade propõe uma escrita do

próprio sujeito, afastando-o do lugar do “outro” que o pensamento eurocêntrico produz; a colonialidade do ser, saber e poder, como elementos da colonialidade, compõe o tripé onde assenta-se os estudos decoloniais para dar visibilidade à herança colonial. É a colonialidade que determina o lugar que países e pessoas ocupam no sistema-mundo capitalista, a forma como se dá a produção do conhecimento, do exercício do poder e do controle; a decolonialidade propõe uma escrita a partir dos colonizados e não dos colonizadores; a afroperspectividade pensa um novo conceito de infância a partir de concepções de matrizes africanas e indígenas.

Por meio do estudo - provocador de angústias, medos e afetos - e dos becos de minhas memórias, caminho paralelamente às mulheres *negras* que enfrentam o racismo epistêmico¹⁵, possibilitando uma escrita *negra*. As propostas decolonial e interseccional aqui dialogam e se constituem em ferramentas de análise.

Com o objetivo de pensar sobre a colonialidade em minha existência, procuro esmiuçar como, quando e onde as formas de colonialidade me afetaram e afetam. Atravessada pelos marcadores sociais de raça, gênero, classe e geração, pretendo analisar especificamente minhas memórias, baseada nas perspectivas interseccional e decolonial. Desta forma, no decorrer do texto me pergunto e procuro responder algumas perguntas que guiam o escrito: A partir de instrumentos teóricos percebo que sofri racismo na infância, quais e onde foram esses momentos? Em quais aspectos raciais e sociais minha infância e adolescência foram constituídas? Como, *tornei-me negra* (SANTOS, 1983), como este processo se desenvolveu? Quais os traumas psicológicos e padrões ocasionados pelo racismo e machismo? Como eles refletem em barreiras psíquicas para minha vida social? Em que momento percebi a importância e a valorização da periferia e suas lutas diárias para minha formação profissional e pessoal? Durante a adolescência era perceptível e comum a violência contra a população periférica, qual foi o papel da escola e dos profissionais da educação para tais problemáticas? Em vista panorâmica, o que me colocou no papel de “mulher forte”, “guerreira”, “pau para toda obra”? Em relacionamentos com pessoas brancas, quais foram os padrões repetitivos que me diminuía? Quais situações racistas diretas marcaram minha memória na infância e juventude? As instituições de educação foram reprodutoras e reafirmadoras de situações e discursos racistas? Como entendo que as relações periféricas na juventude exercem também um papel educativo? Tais questões norteiam a reflexão e serão debatidas ao longo do texto.

¹⁵ Castro-Gómez e Grosfoguel (2007)

O espaço acadêmico é pouco aberto para escutar ou incentivar que falemos de nós mesmas, de nossas subjetividades, desconfortos, perspectivas e vivências. Uma passagem que gosto muito de Lélia Gonzalez deixa implícita a emancipação que me proponho a fazer aqui:

E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos) que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa (GONZALEZ, 1984, p. 225).

Neste caso, é importante pontuar com quem estamos produzindo contra-discursos, como estamos contando nossas histórias e demarcando subjetividades e limites para a ciência branca - produtora e reafirmadora de discursos excludentes e de uma sociedade totalmente colonizada - para assim, tomarmos posse das nossas histórias e reestruturarmos as problemáticas sociais existentes na sociedade brasileira e irmos contra os discursos racistas, fascistas, misóginos, lgbtfóbicos e coloniais.

Tenciono conhecer com esta pesquisa as sequelas da colonialidade do meu corpo infantil, jovem e agora adulto, imbricado com isso, mulher e *negra*. Este é um processo doloroso e que tende à fuga, pois reviver as violências, também é senti-las novamente. Não ser pacífica e passiva diante disso é uma luta totalmente contrária aos desejos coloniais. Ao fim deste trabalho, mais do que nunca, estarei me conhecendo mais, reencontrando-me e reescrevendo continuamente uma história com os ancestrais, além de, bater de frente com o que o colonialismo sempre me negou. Espero, cuidadosamente, encontrar parceiras de leitura que não só se sintam representadas, mas que também tenham força para escreverem as suas próprias histórias e subjetividades.

Detalharei a seguir como conduzirei as seções.

Em continuidade às seções anteriores, na terceira, a *Autobiografia por mulheres negras*, trago a necessidade de uma autobiografia defendida por autoras pretas, preocupadas com as representações, e com a possibilidade de construção de histórias que se afastem das histórias produzidas pelos colonizadores. Neste capítulo consta, também, discussão sobre as produções de bell Hooks sobre educação, afetos e infância.

Na quarta seção *Decolonialidade para Emancipação e Interseccionalidade para entender as subjetividades da mulher negra brasileira* a discussão decolonial vem como necessidade de propostas contra eurocêntricas e, por conseguinte, procuro trazer a

interseccionalidade como proposta para pensar os lugares sociais ocupados por mulheres *negras* brasileiras e *emancipação* como proposta de libertação.

Na quinta seção *Eu que não sou de ferro*, com os subcapítulos *Memórias infantis e Subjetividades: Quando me percebi passiva, ansiosa, depressiva e impulsiva*, reflito sobre rastros e violências da colonialidade a partir da interseccionalidade e educação.

Na sexta seção, onde também me debruço sobre os objetivos específicos, em *Preta Patrícia: quem vê close, não vê corre*¹⁶, busco explorar minhas vivências enquanto mulher *negra*. Nesta há os subcapítulos: *Histórias da minha área: bucha, sabão e livro na mão: experiências como diarista, doméstica e babá*¹⁷ são reflexões e memórias sobre família, racismo, identidade, passividade, pobreza, educação e meritocracia, traz também situações cotidianas violentas de experiências enquanto doméstica durante um período da juventude; e por último, em *GRITO EM SILÊNCIO* discuto memórias e problemáticas da vivência universitária a partir da ideia de que como *negra* e bolsista eu deveria ser muito melhor do que qualquer outra estudante.

Na sétima seção, intitulada *Poeta é bicho solto sabe que quando tudo acaba restam os poemas*¹⁸, retomo a discussão sobre infâncias marginalizadas. Neste sentido, em *Considerações do conto Bife com batatas fritas de Cristiane Sobral*, teço problemáticas sobre infância *negra*, saúde pública, fome e pobreza no conto, destrinchando-o; em *O dia mais triste do ano*, conto autoral, também busco explorar discussões acerca de maternidade subalterna, trabalho doméstico, relações coloniais e infância; no também conto autoral *Buba e o pé de carnaúba*, trago uma reescrita e ressignificação do conto inglês João e o Pé de Feijão.

Na seção oito, *Trabalho doméstico: a colonialidade em nossos corpos*, procuro trazer à tona memórias de situações de violência do colonialismo do serviço doméstico para com as mulheres *negras* de minha família, além de problematizá-los.

Fecho o trabalho na seção nove, em *Considerações Finais*, conversando com a leitora sobre a necessidade da escrevivência, emancipação dos pensamentos, a vida e a ciência. Neste capítulo final, agradeço a literatura *negra* pelo encontro ancestral de dores e encontros que só

¹⁶ Referência ao rap “Preta Patrícia” de MC Taya.

¹⁷ Referência ao álbum “Histórias da minha área” do cantor, rapper e compositor mineiro Djonga.

¹⁸ Referência ao poema sem título, p. 142 do livro “Tudo nela brilha e queima: Poemas de luta e amor” da poetisa, professora e escritora Ryane Leão.

nós mulheres *negras* conseguimos acolher, já que a literatura hegemônica não dá conta disso e ainda nos coloca em um lugar subalterno.

*Comecei a escrever sobre poder, porque era algo
que eu tinha muito pouco.
Octavia Butler*

3 AUTOBIOGRAFIA POR MULHERES PRETAS

Uma das frases que aprendi no mundo ativista antirracista é que eles (os brancos, os ricos) não nos darão nada, como nunca nos deram. Pelo contrário, sempre que tiveram a chance de nos tirar, tiraram. Sempre que tiveram a chance de ocupar nossos lugares, ocuparam. Invadiram. Tomaram. Portanto, percebo que se a luta é nossa, que possamos compreender a lógica deles e não nos esquadrihar nela. É como a música Mandume (2015), do rapper Emicida começa:

“nunca deu nada pra nós, nunca lembrou de nós... Eles querem que alguém que vem de onde nós vem seja mais humilde, abaixe a cabeça, nunca revide, finja que esqueceu a coisa toda, eu quero é que eles se fodam” (MANDUME, Emicida, 2015).

Nessa luta constante por saber sobre nós, por escrever sobre nossas histórias e as lutas que mulheres *negras* vêm travando ao longo dos anos para produzir literatura, ciência, autobiografias com sentidos coletivos, oferecedoras de possibilidades, trajetórias, inspiração e conhecimento histórico do nosso grupo racial, social, cultural, político e geográfico.

A vida e obra de bell hooks me inspira e me motivou a escrever a partir de uma autobiografia decolonial. Assim como as construções de Conceição Evaristo e Chimamanda Adichie. A partir delas pude compreender que a escrita de si possibilita outras histórias que se afastam das histórias produzidas e contadas pelos colonizadores. Escrever sobre nossas histórias não só impulsiona outras pessoas a fazerem o mesmo, como também produz uma representação de quem somos e de nossos processos históricos, políticos e sociais.

Chimamanda Adichie dedica sua vida acadêmica a produção de obras de literatura histórias que representam o cotidiano de mulheres pretas, imigrantes, jovens e mães. Adichie nos aproxima da realidade, da cultura, da sociedade e das histórias nigerianas. A autora traz,

como pano de fundo de suas obras, sua vida e suas vivências, deixando claro os “perigos de uma história única”¹⁹.

O mesmo faz Conceição Evaristo. Grande expoente e poeta da literatura brasileira, Evaristo produz obras interpelando às realidades brasileiras. É inspirada na “escrevivência”, proposta por ela em *Becos da Memória* (1980), que transcorre este trabalho. Motivada pela autora, não me vejo única e só, me compreendo como parte sempre em construção de pessoas e situações que passaram e passam por minha vida. Sou construída por conversas, olhares, afetos e afins e atravessada por ambos. Reconheço que as mãos que escrevem este trabalho são inúmeras, variadas e variáveis, pois todas as experiências e aprendizados carregam as pessoas que em algum momento passaram por minha vida.

Em *Escrevendo uma autobiografia* (2000) bell hooks explana as dificuldades e os anseios em escrever um texto retomando suas vivências e ao mesmo tempo revivendo memórias. Neste texto, à medida em que a autora manifesta sua libertação na escrita autobiográfica, vamos nos aproximando de suas histórias e nos instigando a escrevermos as nossas. Escrever sobre si, não é se matar no texto. Segundo a autora não damos fim às nossas histórias, mas as retomamos.

No final, não senti como se tivesse matado a Glória da minha infância. Em vez disso, eu a havia resgatado. Ela não era mais a inimiga por dentro, a garotinha que tinha que ser aniquilada para que a mulher surgisse. Ao escrever sobre ela, recuperei a parte de mim que havia rejeitado há muito tempo, deixada sem cuidados, assim como ela costumava se sentir sozinha e sem cuidados quando criança. Lembrar era parte de um ciclo de reunião, uma junção de fragmentos, “os pedaços do meu coração” que a narrativa tornou completa novamente. (HOOKS, 2000. Online)

Algo em bell Hooks me aproximou de seus escritos e me apaixonei por ela, assim como ela se apaixonou pelo educador brasileiro Paulo Freire. Além de construir noções raciais autobiográficas, a autora, que também é professora, se preocupa em escrever sobre a educação de forma totalmente autobiográfica. Em *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade* (2019), hooks critica a forma pedagógica tradicional e se preocupa em dissertar sobre uma educação que não só liberte, mas também traga autonomia às pessoas. Para bell Hooks, a educação, apoiada por projetos políticos e democráticos, incentiva a construção de concepções críticas e transformadoras para a vida na sociedade. Para tanto, ela defende que precisamos de uma “*pedagogia engajada*” que se afaste dos padrões sistemáticos e europeus a que estamos

¹⁹ Palestra dada pela autora ao TED, alertando a necessidade de se produzir histórias com representações raciais e sociais reais. Vide online em: <https://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg>

submetidos. Inspirada por Freire, hooks acredita em uma educação libertadora, autônoma e impulsionadora politicamente.

Escrevo completamente atravessada pela educação. Me sinto parte de um sistema que refuta a emancipação política. Ao longo de minha vida, houveram professores incentivadores, comprometidos e engajados na luta política para uma educação libertária. Porém, a falta de políticas públicas, a falta de respeito para com os educadores, para com a educação e para com a sociedade, se soma às desigualdades sociais que afastam os jovens da educação. Na racionalidade neoliberal a educação é concebida como mercadoria e não como direito. Nesse cenário, onde a população pobre não é contemplada com uma educação de qualidade e incentivadora, com muita dificuldade, consegui trilhar por brechas e lutar junto com outros estudantes pela educação pública de qualidade em nosso país. É triste ver que a grande maioria de meus colegas do ensino básico não tiveram sequer a possibilidade de acessar o ensino superior, ou apenas o tiveram por meio do acesso neoliberal de instituições privadas, que visam a educação como mercadoria, vendendo um determinado conhecimento limitado.

Com o propósito de marcar a importância da trajetória educacional e como isso me acompanha, paralelamente, em todos os outros âmbitos de minha vida, busco aqui transgredir e emancipar-me, já que, é na área educacional que estou trilhando caminhos profissionais e pessoais. O que me proponho a fazer neste trabalho é paralelo ao que busco na vida: ser insurgente.

O contato com a educação sempre foi uma realidade para mim. Desde os quatro meses de idade até hoje, aos vinte e três anos, nunca estive fora de uma instituição de ensino. Além disso, minha mãe é pedagoga e está intrinsecamente ligada à educação pública. Ainda jovem, ela me escalou para trabalhos voluntários em oficinas de escolas municipais. Minha mãe é uma mulher branca, pobre, filha de operários, que apesar de todas as dificuldades da vida, faz parte do grupo de beneficiários da exploração racista (GONZALES, 1980). Foi a primeira a ter acesso ao ensino superior e leva isso diariamente com gratidão e responsabilidade social em seu trabalho. Ela é, minha grande inspiração na área educacional e na vida. Inspirada em Paulo Freire, mesmo estando, atualmente, distante das discussões acadêmicas, percebo que seu compromisso político e social não se dá apenas no nível da responsabilidade com a sociedade em geral, mas principalmente com as crianças. Percebo seu empenho em fazer com que a educação política e o ambiente escolar sejam de qualidade e acessível a seus estudantes.

Há alguns anos, minha mãe atua na direção de escolas ou em secretarias de educação. Suas funções hoje estão ligadas não só às crianças, mas ao apoio às famílias periféricas, e faz isso com magnificência. Durante toda a pandemia, usou o espaço vazio da escola para restaurar todo o ambiente escolar, sem muito apoio governamental (existe um abandono do Estado em relação a escolas periféricas) e com total apoio de meu pai, que fez todo o serviço de reforma e pintura voluntariamente. Conseguiu jogos de mesa, construiu piscina de bolinha e parquinho. Segundo ela, quando as aulas voltarem as crianças precisarão, além de serem bem-recebidas, se sentirem confortáveis novamente na escola. Percebo que a falta de compromisso político do próprio Estado, mesmo com empenho social e político da classe, desestimula o trabalho docente, mas vejo minha mãe incansável, com os olhos escuros de tanto trabalho, sempre no *front* junto com suas companheiras pela luta da educação.

Hoje, enquanto mulher *negra*, consigo perceber a construção da relação familiar entre mim e minha mãe. Minha mãe, uma mulher branca, me criou baseada em seus princípios. Ainda que ela falasse e demonstrasse seu amor por mim, existia posicionamentos racistas que não estavam sob controle consciente, já que, segundo Silvio Almeida (2019), o racismo é dividido em três concepções: individualista (que está ligado ao comportamento psicológico e social, a educação e a conscientização), institucional (compreende que o comportamento individual é um resultado do funcionamento das instituições) e estrutural (é, portanto, vinculada às ordens das instituições para manutenção da ordem social). Minha mãe, mulher branca, que dedicou sua vida para a minha constituição, e visando sucesso econômico e profissional em minha vida, ainda sim, foi reprodutora de um racismo que a colocou em um papel social de ordem. Em determinados momentos entre a infância e a juventude, “cortar o cabelo, porque dá trabalho”, ou “alisar porque é mais bonito”, “ficar magra porque ser gorda é feio”, “vestir tal roupa, porque a outra não é de mocinha” foram situações que não só eu, mas muitas meninas negras vivenciam dentro de seus lares.

Portanto, a relação entre mim e minha mãe, se deu em um espaço de conflito e afeto. Por um lado, eu precisava suprir as expectativas dela sobre mim, por outro, eu precisava ser quem eu queria ser, quem eu via dentro de mim. O processo da orientação sexual também foi um grande desconcerto em nossa família, pois novamente eu não estava atendendo as expectativas de todos sobre mim. Agora a questão não era mais qual roupa ficava melhor, a questão estava centrada em quem eu era, e a transição capilar, a orientação sexual, as escolhas

que eu estava tendo nos deixou frente a frente com os problemas sociais dentro de nossa casa: o racismo, a homofobia, o patriarcado.

Ainda em tempo, eu e meus pais pudemos perceber que não bastava lutarmos entre nós, precisávamos enfrentar os resultados de políticas estruturais. Ainda caminhamos lutando contra essas opressões diariamente, buscando dialogar sobre as dificuldades raciais, patriarcais e normativas. Minha relação com minha mãe hoje se encontra em um lugar de respeito e amizade, somos mãe e filha, colegas de trabalho, e nos respeitamos em nossos caminhos. Percebo que depois que começamos a tecer juntas, uma teia de compreensão sobre o racismo e a sexualidade, seus posicionamentos tanto pessoais, como políticos e profissionais modificaram. Deixamos de lutar por um sistema e passamos a lutar por nós e pela nossa liberdade.

4 DECOLONIALIDADE PARA EMANCIPAÇÃO E INTERSECCIONALIDADE PARA ENTENDER AS SUBJETIVIDADES DA MULHER PRETA BRASILEIRA

*[...] Escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever.
Glória Anzaldúa*

4.1 Da decolonialidade

A decolonialidade é um aporte necessário. Gosto da ideia de ocupar o espaço que os colonizadores ocuparam e disseram sobre nós. No entanto, concordo que algumas estruturas decoloniais são falhas, como por exemplo reproduzir bases de padrões de pensamentos intelectuais eurocêntricos. Sabendo de tais falhas presentes nesta e em muitas teorias, caminho junto com ela e com as ideias de Frantz Fanon e Mbembe de pensar sem a Europa e construirmos as nossas verdades.

O que pontuo aqui se faz necessário já que junto com outras mulheres insurgentes, compartilhamos a ideia de escrevermos a nossa própria história e deixarmos de ser o outro. O outro que não é o padrão, o idealizado, o exemplo. Não queremos nossa história registrada pelo homem branco e reduzida aos seus olhos brancos.

O homem branco construiu a ideia de outro. A nós, os outros, chamaram de *negros* e *índigenas*. A construção da ideia de “homem” não nos enquadra. Nós somos qualquer outra coisa, menos o “homem” idealizado no século XVI. Os europeus organizaram a sociedade de forma burocrática e a sua semelhança, nos afastaram da natureza, rebaixaram os animais e

desrespeitaram os processos da natureza. Afirmaram que os animais não tinham alma e inteligência e deram a si mesmos o aval para dominá-los e explorá-los. Depois, nos olharam com olhar “animalesco”, disseram eles. E nos rebaixaram também. Afastaram-nos da natureza, da nossa animalidade, das nossas relações com a Mãe Terra e neste mundo da racionalidade européia e capitalista, onde tudo é lucro e objeto, tornaram-nos “sujeitos”, objetos de estudo deles.

O homem branco cria o problema e se demora nele, cria respostas para problemas causando outros. O homem branco está em um *looping* infinito de problemas que eles mesmos criam, e que não dão conta de resolver ou de explicar. Infelizmente a posição privilegiada que ocupam nos afeta, nos mata, tenta nos tirar de nossas relações com nossa ancestralidade. A Europa tomou proporções gigantescas, ocupou posições de organização e padronização de sociedades, fazendo de *nós* um problema *deles*.

Gosto de pensar a decolonialidade como prática e não apenas como um conceito já que seus propulsores são homens brancos com formações eurocentradas. Gosto da ideia de subverter o colonialismo imposto sob nossos corpos. Fanon (1968), considerado anticolonial, decolonial por decolonialistas nos convida a abandonar o que acreditávamos antes, ele clama para que não nos demorem em assuntos que não nos darão respostas úteis, para que não tomemos a Europa como exemplo, nem seus rastros psicológicos e sociais.

Fanon me auxilia a perceber e afirmar a desonestidade acadêmica ao utilizar a ideia e os escritos sobre a infância de crianças brancas, européias e masculinas como modelo e referência para pensar a infância e as crianças *negras*. Já é tempo de construirmos narrativas, histórias e pesquisas sobre as crianças, *negras*, *indígenas*, pobres, latino-americanas, quilombolas e ribeirinhas. Castro-Gomez e Grosfoguel (2007) oferecem apoio teórico para pensarmos tal construção como práticas de descolonização do conhecimento, como escrita dos povos colonizados por eles mesmos.

Segundo Quijano (2005) a ciência vem legitimando o racismo e justificando a escravidão e a colonização com o apoio do cristianismo e do capitalismo, enriquecendo e impulsionando as pessoas brancas em detrimento do trabalho e exploração das pessoas *negras*. Para o autor, a colonialidade do saber, do poder e do ser, se manifesta em formas de controle, dominação e exploração, na naturalização da expropriação, da repressão, do controle e da colonização das culturas das populações não-europeias.

Quando nos referimos aos meios agressivos adotados para o controle das pessoas negras estamos lembrando dos cotidianos perturbadores de tortura e falta de pudor das instituições punitivas. Estamos lembrando dos mais de 60 mil mortos no “Holocausto Brasileiro” (Arbex, 2013) no manicômio Colônia em Barbacena, Minas Gerais. Estamos lembrando dos corpos que “somem” dos presídios. Das barbáries que passam os presidiários. Das mortes destinadas a alguns corpos por “balas perdidas”. Estamos lembrando de 80 tiros, liberados pelo exército, ao carro de uma família negra. Estamos lembrando da liberação de tiros com armas de fogo por um helicóptero acima de uma favela. Estamos lembrando dos corpos jovens que são aniquilados pelo Estado e pelo capitalismo. Estamos falando de uma violência que só cresce e da instigação por poder em país tomado pela colonialidade. (SANTOS, 2019, p. 10)

A colonialidade do poder e do saber, são conceituadas por Aníbal Quijano. Segundo o autor, a colonialidade do poder está sustentada em vários tentáculos: racismo; capitalismo; trabalho; sexualidade; política; Estado, ela opera em dimensões materiais e subjetivas na vida social. A colonialidade do saber estabelece o conhecimento do colonizador como universal, hegemônico, inferiorizando outras formas de conhecimentos.

O filósofo camaronês Achille Mbembe (2019) conceitua o termo *necropolítica* para discutir como o Estado define quem deve viver e morrer. Para ele, os governos têm o poder de administrar a morte. No Brasil quando pensamos em necropolítica ficamos frente às políticas públicas de segurança e atuação da força policial brasileira, gerando situações precárias de subsistência, falta de acesso, impulsionamento do tráfico, genocídio da população preta, jovem e pobre. O Estado junto com o mercado, pelo capitalismo, promove ações policiais que resultam na morte dessa mesma população. Se por um lado usufruem da letalidade, por outro pela demanda do capitalismo criam um exército reserva de trabalhadores *negros* que estão a margem da sociedade. Neste ponto, a colonialidade estabelece a necropolítica e recai sobre os corpos dos colonizados, ao mesmo tempo que as narrativas colonialistas impulsionam o cotidiano racista, já que “as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não findaram com a destruição do colonialismo” (BALLESTRIN, 2013, p. 99).

Verifico o peso da colonialidade no corpo e na história de meu pai. Homem negro, cinquenta anos, que dentre seis irmãos foi o primeiro a concluir o ensino básico. Ainda jovem participou de cursos técnicos e foi registrado como trabalhador em várias funções. Exerceu atividades como auxiliar, motorista, caminhoneiro, cozinheiro, pedreiro, eletricista, segurança, vendedor e outras.

O que ocorre em sua vida profissional é um reflexo da herança colonial que marca a sociedade brasileira. A falta de oportunidade e de políticas públicas, por parte do Estado, fez com que meu pai exercesse inúmeras funções para a sobrevivência. Em um Estado ordenado

pela necropolítica, os homens *negros* não gozam de oportunidades para desenvolverem suas potencialidades intelectuais, são vistos como reserva de mão de obra barata. As notícias estampadas nos jornais sobre a população *negra* estar adentrando apenas agora nas universidades públicas coincide com o alto índice de homens *negros* mortos e encarcerados. Scudder (2011) afirma que a política de extermínio de homens, mulheres e crianças pretas não é nova e vem sendo cada vez mais violenta com esses corpos.

Analisando a obra de Mbembe, Renato Nogueira sugere que

Mbembe debate o devir-negro do mundo, isto é, como o capitalismo contemporâneo, resultado de um processo de exploração brutal da mão-de-obra negra escravizada, toma emprestado esse modelo racista para organizar a produção. Mbembe explica que as pessoas negras escravizadas se transformaram em corpo-moeda, corpo-mercadoria e corpo-ferramenta. Nós estamos diante de uma racionalidade que articula racismo e mercado. Essa dupla face (racismo e mercado) é o elemento chave da racionalidade de toda política contemporânea neoliberal. (NOGUERA, 2019, p. 136)

O que essas políticas capitalistas contemporâneas e estatais não contam, é que estes mesmos corpos que são aniquilados e controlados possuem registros culturais, históricos da ancestralidade. Quando penso em meu pai percebo que o capitalismo e as inúmeras experiências violentas experimentadas em seu corpo, são fruto da vida em uma sociedade capitalista, fundamentada no racismo, que impediu que se dedicasse ao que gostava de fazer: arte. Hoje, em nossa construção diária, no auge dos seus cinquenta anos, meu pai se reencontrou com a arte, com a natureza, com as cores, com as plantas e faz disso seu refúgio, para lidar com as violências cotidianas. O Estado ofereceu possibilidades que o encarcerariam, mas a ancestralidade o salvou e o fez viver. São sobre essas histórias que precisamos escrever.

4.2 Da interseccionalidade

Em *A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero* (2002), Kimberle Crenshaw, elucida a interseccionalidade por meio de uma situação pessoal e recorre ao caso da General Motors²⁰ para problematizar a sobreposição e entrelaçamento entre gênero e raça na vida cotidiana e enfrentamentos de mulheres *negras*.

Meu objetivo é apresentar uma estrutura provisória que nos permita identificar a

²⁰ O caso envolveu mulheres *negras* norte-americanas e a empresa *General Motors*. A autora explica que a empresa não contratava mulheres *negras*, entretanto, contrava mulheres brancas para o serviços secretariados e homens *negros* ocupavam espaço nas linhas de montagem. Ao entrarem com processo judicial contra a companhia a interpretação dos tribunais definiu que não havia racismo, pois homens *negros* trabalhavam no local, e também não havia discriminação de gênero, pois mulheres também ocupavam funções. O caso não obteve desdobramentos, já que as mulheres que entraram com o processo não conseguiram mais “provas” para o julgamento do estabelecimento.

discriminação racial e a discriminação de gênero, de modo a compreender melhor como essas discriminações operam juntas, limitando as chances de sucesso das mulheres negras. (CRENSHAW, 2002, p. 8)

O que Crenshaw propõe também é defendido por Davis (2016) na medida em que há a compreensão de que gênero, classe e raça estão vinculados de maneira simultânea na vida cotidiana das mulheres *negras*. Pensando a partir do contexto norte-americano, Davis reflete sobre a problemática capitalista e colonialista, e entende que o sofrimento que atinge as mulheres *negras* está baseado em princípios escravagistas, que destinavam o lar às mulheres brancas, e o trabalho braçal, sem qualquer tipo de gratificação, às mulheres *negras*, negando-lhes as possibilidades de ascender no mercado de trabalho e na vida social.

Contribuindo para o debate, autora brasileira Carla Akotirene observa que

O pensamento interseccional nos leva a reconhecer a possibilidade de sermos oprimidas e de corroborarmos com as violências. Nem toda mulher é branca, nem todo negro é homem, nem todas as mulheres são adultos heterossexuais, nem todo adulto heterossexual tem locomoção política, visto as geografias do colonialismo limitares as capacidades humanas. Segundo o professor Cristiano Rodrigues, além disso, a interseccionalidade estimula o pensamento complexo, a criatividade e evita a produção de novos essencialismos. Recomenda-se pela interseccionalidade, a articulação das clivagens identitárias, repetidas vezes posicionadas pelos negros, mulheres, deficientes, para finalmente defender a identidade política contra a matriz de opressão colonialista, que sobrevive graças as engrenagens do racismo cishetero-patriarcal capitalista. (2019, p. 45)

A interseccionalidade, não pode ser reduzida a uma generalização de grupos, ou a uma régua que mede quem sofre mais ou menos que o outro. Muito pelo contrário, ela busca compreender os cruzamentos que constituem as subjetividades, com foco nas pessoas *negras*. Em *Interseccionalidade: zonas de problematização e questões metodológicas* Díaz-Benítez e Amana Mattos (2019) abordam questões que problematizam a interseccionalidade vinculada às subjetividades. Aspectos importantes dos marcadores sociais, somados às vivências individuais são papéis fundamentais para não definirmos conceitos interseccionais intransigentes, assim

(...) interseccionalidade entre gênero, raça, classe, sexualidade e demais marcadores não se traduz automaticamente em somatória de ordens de dominação duplas (ou triplas, ou quádruplas) desigualdades de modo *per se*, e chamando atenção para os diversos modos de relação que em cada caso e a cada pesquisa precisam ser especificados e até mesmo separados de modo contingente. (DÍAZ-BENÍTEZ, MATTOS, 2019, p. 90)

Para as autoras, pensar a interseccionalidade é observar que não somos seres ímpares e que nossos marcadores sociais são constantemente entrelaçados com nossas experiências e subjetividades. A pertinência dessa assertiva pode ser verificada no fato de que as subjetividades e os marcadores sociais (raça, classe, gênero, sexualidade e etariedade) se fazem presentes em toda minha escrita.

Na medida em que trabalhamos como nossas próprias narrativas, estamos propondo e experimentando discussões teóricas e assumindo responsabilidades acadêmicas que fogem dos padrões hegemônicos.

Além da importância do uso de autoras marginalizadas pelo conhecimento acadêmico hegemônico e da construção de metodologias transgressoras, tem sido bastante discutida por feministas interseccionais a importância de que os textos resultantes dessas pesquisas possam ser construídos de maneira a tensionar formatos mais conservadores e academicistas de escrita. A pesquisa interseccional passa, então, a incorporar narrativas de si, referenciais dos movimentos sociais, da literatura e de fontes consideradas “menores”, e a assumir estilos de escrita que fogem dos padrões e normatizações da produção científica. (DÍAZ-BENÍTEZ, MATTOS, 2019, p. 85)

Essa mesma interseccionalidade é utilizada pelas mulheres brancas há alguns anos como “álibi para centralizarem suas demandas, desestabilizando as questões das feministas *negras*” (PUAR, 2013, p. 350). Jasbir Puar (2013) aloca essa discussão no campo da formação identitária das mulheres *negras*. Enquanto essa interseccionalidade se preocupa em registrar os múltiplos caminhos que produzem as subjetividades, as mulheres brancas, principalmente dos EUA, apropriando-se dessa ideia alocam a interseccionalidade num campo totalmente de gênero e sexual.

Em “Crítica da Razão Negra” (2018) Mbembe afirma que é a partir da ideia de diferença que a identidade negra é positivada dentro do seu conjunto e contexto. Teço aqui uma distinção importante, que perpassa tanto as leituras deste trabalho, como as experiências e crenças que construí ao longo da vida. O que divide a ideia de interseccionalidade para a ideia de *panafricanismo* (defendido por Mbembe) é que o primeiro propõe a integração dos diferentes na sociedade e o segundo defende a separação desses diferentes, ou seja, voltar a África seria, portanto, abandonar todos os costumes, cultura e imposições criadas pelo homem branco desde a colonização e ligar-se a ancestralidade.

Considero que o diálogo entre as perspectivas decoloniais e interseccionais me amparam para o próximo passo: o panafricanismo. Compreender as violências que todo o processo histórico deixou marcado em nosso povo é um passo para a emancipação.

Hasta que los leones tengan sus propios historiadores, las historias de cacería seguirán glorificando al cazador.

Provérbio africano

4.3 Emancipação

Escrever é um ato de descolonização. Uma das possibilidades de viver a descolonização é se autoamar, se autocuidar. Nós, mulheres *negras*, precisamos nos emancipar. Escrever sobre

si, retomar memórias e histórias é uma busca incansável pela emancipação e libertação das doenças psicológicas e físicas que o racismo causa.

Em “Falando em línguas: uma carta para as mulheres negras do terceiro mundo” Gloria Anzaldúa (2000), diz que, nós, mulheres pretas, devemos assumir a responsabilidade conosco e com os nossos, embora, enquanto iniciantes acadêmicas pretas não tenhamos a devida visibilidade e incentivo. Anzaldúa conversa conosco, nos encorajando à escrita, ao processo anterior a ela e a emancipação de dentro pra fora. A autora entende essa tessitura como *escrita orgânica*: a escrita antes de virar palavras visuais. Em suas palavras:

Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever. (p. 232)

Entendo emancipação como o ato de se libertar para viver os sonhos que sonhamos e as lutas que lutamos. Precisamos sonhar por nós mesmas, acreditar no levante do povo preto, acreditar que vamos ocupar politicamente os lugares e colocar abaixo as amarras colonialistas que nos prendem. Eu sonho com a emancipação de meu povo. Eu sonho e luto para a emancipação do povo brasileiro, eu sonho com a emancipação das minhas companheiras, das mulheres pretas, pois “todas as revoluções que eu desejo, começam em mim” (LEÃO, 2017, p. 7).

A socióloga negra, norte-americana Patricia Hill Collins, indica que as mulheres negras fazem parte de um grupo detentor de uma “vantagem epistêmica” já que são conhecedoras de todos os grupos sociais e transitam entre eles, criando soluções em momentos diversos. Pensar nessa perspectiva é dar nome às situações em que as mulheres *negras* são colocadas como “guerreiras incansáveis”. As mulheres *negras* conhecem o ambiente de trabalho, lar e família dos brancos e são o sustento fundamental das famílias negras, inclusive econômico. A autora entende a interseccionalidade

(...) como perspectiva analítica para visibilizar a interligação entre múltiplas estruturas de dominação e as ações e práticas mobilizadas pelas mulheres negras para enfrentá-las (CARDOSO, 2017, p. 2)

Sobre a *vantagem epistêmica* não posso deixar de falar sobre o papel da militância em meu processo de emancipação e autoconhecimento. Como disse anteriormente, o primeiro lugar de acesso à militância em minha vida foi minha própria família. Lembro de ainda na infância ver meu tio adolescente fechando escolas em protesto, meus pais discutindo sobre a política nacional e a expectativa da esquerda se reerguer e meu avô como operário de luta. Mas foi apenas no movimento estudantil, primeiro na escola e depois na universidade que pude me libertar de algumas amarras sociais. Ser e estar na posição de militância me mostrou que eu não estava apenas nas ruas exigindo meus direitos e de meu povo, mas levava a militância no peito, dentro de mim, para que eu nunca perdesse a força de lutar junto com os companheiros por uma sociedade mais justa. Consigo perceber que minhas falas demarcam esse lugar e minha escrita se tornou uma escrita militante. A emancipação caminha com nossas subjetividades, posso percebê-la pouco a pouco em minha caminhada contra a colonialidade em meu corpo. Assim, estive durante todos os últimos anos em uma caminhada paralela aos sofrimentos racistas, à militância e na academia. A vantagem epistêmica foi direcionada pela compreensão de situações violentas, racistas, sexistas, homofóbicas já que eu transitava por muitos lugares sociais.

5 EU QUE NÃO SOU DE FERRO

5.1 Memórias infantis

Para Renato Nogueira (2019) a *mais valia de vida* é um conceito que demonstra que a intensidade dos gestos das crianças possui valores em si mesmos, não atrelados aos valores da cultura ocidental (produtividade, objetivo fim, fixo etc). Valores esses tidos como um excesso de vida. Para o autor, “a infância é a celebração do existir” (p. 130), o que excede a vida. Portanto, Nogueira afirma que nossa sociedade precisa de olhares atentos, políticos e brincantes que valorizem as demandas das crianças.

Em minha criação, as crianças nunca tiveram muito espaço ou voz. Éramos sempre silenciadas e colocadas de canto, não deveríamos nos “intrometer” em “conversa de adultos”. Mas sempre fui uma criança teimosa, (tenho percebido que ao passar dos anos fui sendo podada, controlada e mais pacificada... O que me rendeu grandes problemas psicológicos) e insistente. Me ative a isso pelo menos até os oito anos de idade. Teimosia era meu primeiro nome! Embora via que os adultos ao meu redor se irritavam com tamanha argumentação, eu decidia que era uma luta e eu tinha que ganhar. Quase sempre saía satisfeita. Escolhia o sabor do miojo, escolhia

partilhar e acabar com todos os lanchinhos da semana em apenas um dia com primos e vizinhas, escolhia não participar ou participar das festinhas na escola. Em casa e com minha família, eu me sentia pertencente e segura. Aprendia os ensinamentos da casa, respeitava-os, mas também impunha algumas de minhas decisões.

A escola é um ambiente violento com crianças *negras*. Existem dias festivos no ano que marcam nossas vidas. O dia da fotografia marca a vida de quase todas as crianças pretas. “Arrumar o cabelo armado e arrepiado”, sorrir enquanto se sente violentado, ter vergonha por não ser como as outras amiguinhas, são memórias coletivas de crianças *negras*. O único espaço em que eu podia exercer o mínimo direito de contrariar o que estava imposto era em minha casa. Outro dia, rememorando a infância com minha mãe, relembramos de dois momentos em que me posicionei firme e politicamente. Num primeiro, tinha cerca de quatro anos de idade e não queria participar da festa junina na escola. Minha mãe conta que já trocada, com vestido e rosto pintado, enquanto ela argumentava que eu estava linda e deveria participar, eu chorando dizia: “eu não quero! Não faz sentido pra mim. Essa roupa é feia, meu rosto tá todo pintado!”. No segundo, exatamente em 2002, eu tinha apenas cinco anos. Era Copa do Mundo e toda família e bairro se reuniam para ver os jogos e vibrar pelo Brasil. Meu avô, operário, de esquerda, estava revoltado com os políticos de direita e a forma como lideravam o país. Era ano de eleição e os nervos estavam à flor da pele, enquanto todos posicionavam a mão no peito para cantar o hino, ele disse: “é uma vergonha cantar o hino desse país”. Guardei essa frase durante meses e quando lembrava da expressão de meu avô, me sentia muito brava. Assim, ao final do ano, minha turma ensaiava o hino para a formatura da escolinha. Quando cheguei em casa, chorando e muito brava, disse à minha mãe que eu não queria ir naquela formatura. Eu estava aos soluços e ela preocupada me perguntava o porquê. Até que consegui responder: “é uma vergonha cantar o hino desse país”. Hoje ela lembra e sorri, mas diz que na hora ficou confusa, até que eu consegui explicar de onde tinha surgido tamanha indignação. Outra lembrança é de quando aos três anos decidi que quando crescesse gostaria de ser “secreta” (secretária e segurança, os empregos de minha mãe e pai naquele momento), e sempre colocava os ternos e sapatos de meu pai e brincava de atender o telefone, na época, aqueles telefones grandes e de fio. Para nossa sorte, registramos muitos desses momentos em fotografias.

Tais situações demonstram que como defendem Renato Nogueira e Daniel Munduruku, a infância é uma forma de ver o mundo. A infância é um sentido (NOGUEIRA, 2019) e encontra Sentidos (MUNDURUKU, 2009). Percebo que, como dito anteriormente, até próximo aos oito

anos de idade me senti pertencente, feliz, autônoma, segura. Conforme esse tempo foi passando e a pré-adolescência se aproximando, a sociedade foi podando o jeito autônomo e autêntico de ver e sentir o mundo. Aos poucos fui me tornando silenciosa, insuficiente, insegura, *burra*. Sentia que estava sempre de lado. Não tinha grandes amigos e quando estava próxima de crianças, sentia que não agregava em nenhuma brincadeira ou conversa. O que descrevo aqui, Noguera, em uma entrevista, deu o nome de *adultez*.

Segundo Renato Noguera, “em termos afroperspectivistas, adultescer significa perder as forças brincantes de investir no mistério inexplicável de existir (...)” (NOGUERA, 2019, p. 137). Assim, estaria eu passando por mais um processo de colonização, como todas as outras crianças, cada uma lidando de uma forma, mas ao final, todas seríamos adultas. Os cheiros, os paladares, as lembranças imagéticas e as crenças da infância permanecem em nossas memórias, mas não partilhamos da continuidade de sentir o mundo em sua plenitude no nosso tempo, sim no tempo que a sociedade ocidental nos impõe. Daniel Munduruku (2009) apresenta a educação indígena numa perspectiva muito parecida com a afroperspectivista. Segundo ele, a criança indígena vive sua infância em plenitude até que as necessidades do corpo vão conduzi-la para a adultidade, onde não encontrará problemas com o passado, pois já o viveu por completo.

Em *Crianças negras na história: Fontes e discursos sobre a breve infância permitida pelo escravismo oitocentista brasileiro* (2015) Ione Jovino retoma a autobiografia de Harriet A. Jacobs de 1861, onde Jacobs diz que só percebeu que era uma criança escravizada quando sua mãe faleceu e ela foi vendida. Penso que o racismo também se apossa dessas relações. O lar, para quem o possui, se torna um ambiente de segurança para as crianças *negras*, e conforme aumenta o contato com a sociedade e com as instituições sociais, vamos sentindo o racismo com cada vez mais força.

Nessa ruptura da alegria/milagre infantil, as instituições de ensino possuíram papéis fundamentais. Aos oito me tornei bolsista de uma escola particular onde a maioria dos estudantes eram brancos. Permaneci ali por dois anos. Embora meus pais quisessem que eu tivesse maiores oportunidades educacionais e melhor acesso à educação, aquele espaço majoritariamente branco seria o impulsionador do racismo em minha vida. Além do tratamento diferente entre meus colegas, embora sempre fosse uma das melhores estudantes da turma, os professores me ignoravam, muitas vezes eu me sentia invisível, porque a forma como me tratavam, definia como os colegas me tratariam também. Não obstante, quando firmei uma rede de amigos, estes me olhavam com olhos de pena e invalidez. Lembro que eu levava lanche para me alimentar durante o intervalo e minhas colegas compravam na cantina todos os dias. Elas

comiam todo o lanche recheado e quando sobrava a ponta de massa elas me ofereciam. No começo me sentia constrangida, afinal eu não queria. Com o passar dos dias a situação foi se tornando “normal”, eu nunca aceitei, mas sempre parecia uma benevolência.

Grada Kilomba (2019) propõe o conceito de *Outridade*. Para ela, é necessário que tenhamos uma escrita própria para que saíamos do lugar de *outro*, já que os brancos historicizam nossas histórias a partir do ponto de vista e imposições deles. Somos os divergentes, o oposto da norma e tratados como o outro. Naquela instituição de ensino senti o começo do que seria o racismo nos próximos anos de minha vida, na educação, nas relações interpessoais e amorosas, nas formas de controle e nas violências, ali eu já sentia que meu corpo era o outro, o excesso, o vulgar. Percebo que alguns caminhos e situações que trilhei me direcionaram para lidar com o mundo e com as pessoas passivamente. Segundo bell hooks (2019) quando estivemos em situações de humilhação e vergonha na infância “nossas tentativas de autoafirmação falharam como uma defesa adequada. Muitos de nós aprendemos que a passividade diminuiu a possibilidade de ataque.”²¹

Mesmo vivendo essas experiências de racismo, a ancestralidade esteve presente durante toda minha trajetória, consigo vislumbrar memórias afetivas repletas de povo preto, e vejo que em momento algum eu estive só. As memórias de minha infância são completamente atravessadas por ancestralidades e colonialidades. O cristianismo sempre presente em minha família foi pontual para que existisse uma ordem hierárquica de gênero, de organização familiar e cultural. Lembro-me dos quadros da Santa Ceia, nascimento de Jesus e a face de Jesus branca, um homem europeu, nas paredes da sala. No rádio, pela manhã, acompanhávamos a missa. Enquanto minha avó tomava seu café, numa xícara de alumínio barato, sentada fazendo suas preces, o papagaio de estimação pedia café. Mesmo que meu olhar seja nostálgico, consigo identificar que embora a colonialidade estivesse presente em nosso cotidiano, a ancestralidade falava mais alto. A presença do papagaio, das tartarugas e dos periquitos nos aproximava de uma cultura tão bonita e próxima à natureza que sempre foi a cultura de nosso povo. Lembro que era comum que quem quer que fosse para a cidade natal de minha avó, na Bahia, trouxesse consigo doces artesanais, tartarugas em caixas de sapato furadas e farinhas finas. Os banhos de ervas, os chás antes de dormir, as ervas medicinais e as plantas protetoras faziam parte do nosso

²¹ Vide tradução online: HOOKS, Bell. **4 Compromisso: permita que o amor seja amor dentro de mim**. In.: All About Love: New Visions, Tradução de Carol Correia, 2019. Disponível em: <<https://medium.com/enugbarijo/compromisso-permita-que-o-amor-seja-amor-dentro-de-mim-7bd831d9786d>> Acessado em jun de 2020.

cotidiano, bem como as roupas tecidas à mão, os longos vestidos de minha avó, as colchas de retalho e as bênçãos na benzedeira uma vez por mês.

A ancestralidade estava e está presente nos dias de Sol em que minha avó prepara sabão feito a base de óleo de cozinha, dando novo significado ao alimento que seria jogado fora e poluiria as águas. O *saber fazer* utilizado pela minha avó para produzir barras de sabão sustentou as lavagens de roupas e louças de toda nossa família durante muitos anos. Me recordo do balde de plástico e do antigo cabo de vassoura para mexer a mistura, e dos braços cansados e firmes de dona Tina, produzindo seu sabão. Sempre estivemos amparados pelos nossos ancestrais.

5.2 Subjetividades: Quando me percebi passiva, ansiosa, depressiva e impulsiva

A juventude é uma das fases mais turbulentas e confusas na vida da maioria das pessoas. Mas, faço um recorte racial especialmente para a juventude *negra* brasileira. Sempre em diáspora e contínuas mudanças em busca de mínima qualidade de vida, minha família só se fixou geográfica e socialmente quando eu tinha doze anos. Fomos morar em uma cidade periférica da região metropolitana de São Paulo, chamada Itaquaquecetuba. Foi lá que passei toda minha adolescência e tive minhas primeiras experiências juvenis. Diferente do que vivi anteriormente em locais em que não me sentia pertencente, foi na comunidade e no contato com as pessoas que ali residiam, que algo da Gabriella de cinco, seis, anos de idade voltou. Eu me sentia eu, me sentia livre, me sentia parte, particularmente, não me sentia o outro. Foi em uma comunidade periférica que passei pelo processo da juventude. Depressão, aceitação da homossexualidade, afastamento das pessoas, controle do corpo pelas instituições (igreja/escola), contato com os amigos do tráfico, drogas, presídio e genocídio foram situações que vivi, senti e presenciei.

O conceito de meritocracia é uma falácia. O capitalismo e o neoliberalismo transformam as relações raciais, de gênero, etárias e sociais em hierarquias, retirando ou possibilitando completamente perspectivas de vida dos jovens periféricos. Lélia Gonzales (1980) já anunciava que os privilégios raciais da população branca, acumulam bens materiais e imateriais, isso se estende inclusive à população branca pobre. Segundo a autora,

O que existe no Brasil, efetivamente, é uma divisão racial do trabalho. Por conseguinte, não é por coincidência que a maioria quase absoluta da população negra brasileira faz parte da massa marginal crescente: desemprego aberto, ocupações “refúgio” em serviços puros, trabalho ocasional, ocupação intermitente e trabalho por

temporada, etc. Ora, tudo isto implica em baixíssimas condições de vida em termos de habitação, saúde, educação, etc. (GONZALES, 1980, p. 2)

No Brasil, quanto mais escura é a cor da pele, mais violento o racismo se mostra. Presenciei inúmeros enquadros violentos da polícia com amigos. Presenciei a dor de mãe gritando pela morte ou pela prisão do filho. Presenciei amigos próximos entrando para o tráfico como esperança. Presenciei 90% de minhas amigas grávidas antes dos 16 anos sem apoio paterno e sem perspectiva de vida. Mbembe (2018) atualiza o conceito de biopolítica²², desenvolvido por Foucault (2000), ao acrescentar às análises sobre política, poder, submissão a dimensão racial. Essa é a necropolítica em nosso país: o controle quase que absoluto do Estado sobre os nossos corpos, direcionando-os para lugares sociais e morte, nas escolas, nas igrejas, no tráfico, nas famílias, nos empregos... Estamos sendo controlados o tempo inteiro para que não fuçamos à regra.

Assim, minha juventude foi marcada por três pilares principais, que definiram toda minha trajetória até aqui: ser mulher, *negra*, pobre e homossexual. Aos treze, procurei no Protestantismo a minha cura. Nas comunidades, igrejas e farmácias existem soluções para todos os problemas do corpo e da alma. Em minha favela não foi, e não é, diferente. Esquadrinhamos soluções, sentidos e respostas para as tragédias procurando os braços funcionais do capitalismo. Como eu acreditava que nunca teria forças para assumir uma sexualidade, que aquele momento, seria uma afronta à sociedade e a família, vivi na igreja, e lá as violências e controle sobre o meu corpo, me impulsionaram fervorosamente para a depressão. Novamente sentia meu corpo como o “outro”, o corpo inadequado e fora da normalidade. Enquanto do lado de fora da igreja os homens sexualizavam meu corpo *negro* e jovem, dentro da igreja eu ouvia o quanto esse corpo era um templo a ser protegido do mundo e de mim mesma. Quando compreendi que a repressão não estava solucionando os problemas e sim causando mais, resolvi abrir-me para a possibilidade de experienciar minha sexualidade. Naquele momento, aos quinze, toda sensação de pertencimento havia sumido novamente. Era como se enquanto mulher *negra* heterossexual eu fosse aceita no grupo de amigos, e enquanto mulher *negra* homossexual eu fosse uma piada. Não demorou muito para que os conflitos familiares viessem à tona, a convivência com a família

²² Vide em: FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Nesta obra composta por aulas ministradas no Collège de France entre 1975 e 1976, Michel Foucault se debruça a pensar conceitos de disciplina e controle do Estado para com a população. Implicado nas questões de vida e morte, o autor chama de *Biopolítica* os fenômenos e os mecanismos sociais que disciplinam os corpos. Ainda nesta obra, Foucault discorre sobre o racismo como elemento fundamental de extermínio, legitimado pelo *poder soberano* e pelo *biopoder*.

propiciasse um ambiente de quase suicídio. Incindiou também para que eu passasse pelo processo psicológico da “cura gay”. Carla, a psicóloga, marcou minha vida, ao contrário de me curar, me apresentou a liberdade.

Beatriz Preciado em “Quem defende a criança queer?” (2013) alerta que as famílias tradicionais amparadas por religiosidades que dizem defender a infância e a família partem de pressupostos normativos de gênero (e aqui acrescento normativas raciais) heterossexuais que privam as crianças de conhecerem a si e a seus próprios corpos. O controle e opressão sobre esses corpos infantis afetam não só as próprias crianças, como as famílias que atuam como representantes das normas de gênero sem ao menos pensar no direito de seus filhos. Se são esses pais que mantêm consciente e inconscientemente as leis de gênero e reproduzem as normas sociais a favor da manutenção dos ideais cristãos e burgueses, é pertinente a pergunta feita pela autora:

Quem defende o direito das crianças diferentes? Os direitos do menino que adora se vestir de rosa? Da menina que sonha em se casar com a sua melhor amiga? Os direitos da criança queer, bicha, sapatão, transexual ou transgênero? Quem defende o direito da criança a mudar de gênero, se for da vontade dela? Os direitos das crianças à livre autodeterminação de gênero e de sexualidade? Quem defende os direitos da criança a crescer num mundo sem violência sexual ou de gênero?

Aos dezesseis anos me sentia completamente perdida, ameaçada, envergonhada, infeliz, insegura. Não sabia fazer escolhas, vislumbrar um futuro. Não me sentia representada em lugar algum, e não me sentia segura de viver em uma sociedade que preferia me ver morta ao me ver acompanhada de outra mulher. Naquele momento enxergava minha vida se tornando exatamente como o Estado queria que fosse: controlada e regrada. Segundo bell hooks (2019, online)²³ “o medo de ser auto-assertiva geralmente surge em mulheres que foram treinadas para serem boas meninas ou filhas obedientes”, e era exatamente isso que eu estava sendo, obediente com o mundo e desobediente com minhas próprias vontades.

O processo terapêutico teve papel de suma importância para a compreensão de todos os atravessamentos e angústias. Foi nele que vislumbrei possibilidades de novas experiências de vida, de estudo, de aceitação, de embate e de trazer de volta a pequena grande criança teimosa que um dia eu havia deixado de canto.

²³ Vide em: HOOKS, Bell. **4 Compromisso: permita que o amor seja amor dentro de mim**. In.: All About Love: New Visions, Tradução de Carol Correia, 2019. Disponível em: <<https://medium.com/enugbarijo/compromisso-permita-que-o-amor-seja-amor-dentro-de-mim-7bd831d9786d>> Acessado em jun de 2020.

A maioria das crianças negras, vivem em condições de constante precarização da vida, e têm sua infância enredada na luta incessante por sobrevivência. O Estado colonial capitalista as destina ao que chamo de *morte gradual*, que imprime marcas de tortura física, moral e psicológica na infância e na vida adulta de mulheres pretas e homens pretos.

Esse mesmo Estado, segundo Mbembe (2014) que é regulador de distribuição de riquezas, conduzindo uma política específica de produção da desigualdade social e do racismo, é também uma *máquina de guerra* (FOUCAULT, 1979), que seleciona os corpos que são *matáveis* (AGAMBEN, 2013). Os corpos matáveis ocupam sempre as mesmas posições sociais e não merecem um luto coletivo, pois são considerados a *sobra ruim da sociedade*, são corpos que não carecem de cuidado físico, psicológico e social, são corpos alheios aos direitos humanos e políticos. As normas sociais, os direitos e deveres civis, os direitos humanos, determinados pela máquina de guerra, não protege as populações nativas e tradicionais colonizadas, a viverem dentro de uma organização que não se importa com suas necessidades.

Foi pensando nisso que há anos atrás comecei a fazer tratamentos psicológicos, na intenção de me fortalecer para ocupar espaços políticos. Como eu já tinha exemplos de militância política em minha família, apoiei-me nisso para sobreviver e encontrar caminhos de incentivo à vida. Buscava, entre outras coisas, dar sentido à vida, mesmo enfrentando a sensação de morte diária. Junto com colegas da escola, participei ativamente de movimentos estudantis. Me recordo de ter um posicionamento firme e ativo em busca de políticas públicas, bem-estar e lazer da população periférica e jovem ao meu redor. Uma frase muito conhecida da Angela Davis (2016), se encaixa perfeitamente aqui: “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela.” E felizmente foi isso que aconteceu. Juntos ocupamos espaços para que a juventude pudesse exercer sua juventude, campeonatos, saraus, festivais de cinema... Não imaginava, então, que minhas dores, em comunhão com outras dores, poderiam impulsionar a mim mesma e aos amigos da escola e jovens de toda cidade e cidades vizinhas.

Acredito que foi apenas nesse período, aos dezesseis anos, que me entendi enquanto mulher preta. Embora tivesse passado anos tendo respostas negativas da sociedade sobre quem eu era no mundo, em um processo de me entender nesse sistema colonial, pude repensar sobre quem eu era e onde meu corpo se situava. Compreendi que estar viva, não apenas biologicamente, mas social e politicamente ativa, impulsionava outros corpos periféricos e desobedecia o sistema. Sobre isso, a psiquiatra e psicanalista Neusa Santos, em seu livro

“Tornar-se Negro” (SOUZA, 1983) conduz discussão acerca desse processo de compreensão e autoaceitação, assim, ela afirma:

“Ser negro é (...) tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse dessa consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro.” (p. 77)

A compreensão sobre a política interseccional (naquele momento eu não tinha conhecimento dos termos) foi de extrema importância para a caminhada acadêmica que trilharia nos próximos anos. Mas somente hoje, há quase oito anos, consigo compreender o quão violenta foi a colonialidade em meu corpo infantil e jovem. Pude me perceber além de passiva: ansiosa, depressiva e impulsiva.

Alguns padrões comportamentais baseados na insegurança, medo, fracasso, vergonha se fizeram pilares de sustentação em todas as relações interpessoais e sociais, e que, ainda hoje, busco trabalhar na psicoterapia. Nós, mulheres pretas, passamos por situações de violências psicológicas e físicas de várias maneiras possíveis. O racismo se manifesta em todos os espaços, nos adoecendo. A população *negra* precisa de cuidados psicológicos para reparação de tamanha desgraça! Porém, a população branca precisa de uma restauração sistemática, pois é ela, sobretudo, que nos fere, enquanto peça fundamental do sistema-mundo-colonial-moderno.

A família de meu pai é uma família *negra*, e de minha mãe, é uma família branca. Ocorreu um processo de embranquecimento muito forte em minha família paterna, onde os seis filhos de minha avó, incentivados por ela, se casaram com pessoas brancas. Em nossa terceira geração percebo o mesmo caminho. Me incluo nesse processo, já que minhas últimas relações também foram com pessoas brancas e apenas há pouco tempo venho percebendo que algumas relações interracialis (não generalizando) adoecem, que me adoeceram e causaram marcas profundas, causando sobretudo, dependência emocional, traumas e afirmando todas as problemáticas já causadas pela colonialidade.

Claudete Alves (2010) reflete sobre o papel que a mulher negra ocupa dentro das relações afetivas frente ao preterimento do homem negro. Em sua obra, ela entrevista inúmeros casais interracialis para compreender a matrifocalidade, relações sociais e afetivas, solidão e escolha das relações. É perceptível, segundo a autora, que existe um problema racial, social e afetivo, quando pensamos que 52% das mulheres negras no Brasil não vivem em uma relação

estável. As mulheres negras heterossexuais, homossexuais e transexuais estão em uma posição que faz com que a sociedade não as enxergue enquanto pessoas que merecem ser amadas e que compõem a maioria das mulheres traídas, abandonadas e abusadas, ou seja, além de ocupar um papel social de luta contínua pela sobrevivência, ainda somos as pessoas não assumidas e sem afeto romântico.

Em “Compromisso: permita que o amor seja amor dentro de mim” (HOOKS, 2019), a autora indica a responsabilidade afetiva de lidar com a forma que expressamos “amor” para o mundo e para nossas relações. Para ela, viver bem e ser amada, está ligado ao “viver de propósito”, a autoaceitação, ao autocuidado e a autoafirmação, pois “simplesmente aprender como adquirimos sentimentos de insuficiência raramente nos permite mudar as coisas; geralmente é apenas uma etapa do processo”²⁴, e continua:

Assumir a responsabilidade não significa que negamos a realidade da injustiça institucionalizada. Por exemplo, racismo, sexismo e homofobia criam barreiras e incidentes concretos de discriminação. Simplesmente assumir a responsabilidade não significa que podemos impedir que atos discriminatórios aconteçam. Mas podemos escolher como reagimos a atos de injustiça. Assumir a responsabilidade significa que, diante das barreiras, ainda temos a capacidade de inventar nossas vidas, moldar nossos destinos de maneira a maximizar nosso bem-estar. Todos os dias praticamos essa mudança de forma para lidar com realidades que não podemos mudar facilmente. (HOOKS, ONLINE, 2019)

Descolonizar é assumir a responsabilidade afetiva consigo mesma e com nossos pares. Precisamos nos cuidar e nos amar, já que desde muito cedo a sociedade nos tira a possibilidade de viver livre sentimentalmente, nos fazendo acreditar que não merecemos amar, nem amor. Nós somos o amor. Nós somos a resistência e o cuidado de nós mesmas.

Nos últimos anos, tendo contato assíduo com o trabalho das escritoras pretas junto com o processo terapêutico, tenho compreendido e dado nome às minhas dores e angústias. A ansiedade, o medo do abandono, a passividade de não saber dizer “não”, a sensação de insuficiência, as relações transitórias, os traumas, foram tomando forma à medida em que eu olhava para dentro de mim e para a histórias das mulheres *negras*. As marcas que o racismo deixa na vida de todas as pessoas pretas, são levadas durante toda vida e os traumas causados por ele exteriorizam-se ao longo da vida. Hooks, sobre feridas, abuso e abandono, diz que “a

²⁴ Vide texto traduzido online: HOOKS, Bell. **4 Compromisso: permita que o amor seja amor dentro de mim**. In.: All About Love: New Visions, Tradução de Carol Correia, 2019. Disponível em: <<https://medium.com/enugbarijo/compromisso-permita-que-o-amor-seja-amor-dentro-de-mim-7bd831d9786d>> Acessado em jun de 2020.

hipervigilância é característica dos sobreviventes de trauma. É um terreno fértil para desconfiança, paranóia e ansiedade.” (2020, online)²⁵,

Desde o início de nossas vidas nesta nação, os negros tiveram que lidar com níveis insalubres de ansiedade. Os negros escravizados sofreram tanto o trauma da separação quanto foram vítimas de violência opressiva brutal ou testemunharam atos de violência. Esses abusos criaram um distúrbio psicológico pós-traumático que até hoje não foi tratado adequadamente.

Para a autora, é inegável que somos um povo ferido. Um povo que lida desde a colonização com as relações transitórias e as incertezas dos afetos. Estamos baseadas em um modelo punitivo, colonial e hierárquico de sociedade que transforma o amor em uma reprodução de violências e agressões. Assim, homens agredem mulheres, e adultos agredem crianças. As relações dos adultos com as crianças se dão no controle, na contenção e na repressão e não apenas no afeto, cuidado e carinho. Para bell hooks, nós, população preta nos colocamos em um lugar de não-vulnerabilidade, justamente por toda complexidade das relações sociais e individuais. Hooks nos deixa uma lição sobre o amor: ele cura, e começa de dentro. O autocuidado é o amor mais bonito, pois quando se liberta, vem como afirmação e afeto (HOOKS, 2000).

Foi somente em um momento posterior a juventude que pude ter consciência de que apesar de ter passado por todo um processo de branqueamento, embranquecimento e anulação, a ancestralidade a minha volta não havia me abandonado. Os quadros coloridos de minha casa ainda estavam lá. As feijoadas feitas nas grandes panelas de aço reunindo toda a família, também estavam lá. O papagaio de minha infância estava presente, assim como as tartarugas. A família cresceu e agora tínhamos cachorros e gatos. Embora psicologicamente eu estivesse sendo anulada, naquele momento eu não percebia que as colchas de retalhos na casa de minha avó, estavam lá. E ela também estava. Seu cabelo estava alisado, seus santinhos e uma imagem de Nossa Senhora de Aparecida, estavam lá... Mas as barras de sabão, a espada de São Jorge e o chá de noz moscada também estavam lá.

Minha ancestralidade e a de todo meu povo está presente em nosso cotidiano, ainda que a lógica branca tente apagar. Nossos olhos por vezes se acostumam a enxergar apenas a forma branca de ver, porque é dessa forma que o colonialismo nos controla. Através da ancestralidade, da poesia e da música caminhamos contra essa modernidade que nos afasta de quem somos. Através da ancestralidade podemos encontrar uma luz que nos ajuda a reencontrar, reviver e reexistir dando outros sentidos à morte colonialista e repressora branca. Fanon (1968) reflete

²⁵ HOOKS, Bell. **11 Feridas Internas: Abuso e Abandono**. In.: Rock My Soul: Black People and Self Esteem. Disponível em: <<https://medium.com/enugbarijo/feridas-internas-abuso-e-abandono-por-bell-hooks-c59ebf2365de>> Acessado em jun de 2020.

sobre o que mulheres e homens negros fazem com racismo para tentar parecer com a racionalidade branca e eurocentrada. Existe um momento em que nós, pessoas pretas, entendemos que mesmo que nos dispamos de quem somos para tentar ocupar um lugar branco, não conseguiremos porque o racismo não permite. Nós não seremos brancos. Que então possamos aceitar e voltar à nossa ancestralidade, viver nossa vida e nossa cultura repleta de animalidade, natureza, cultura, música e arte.

6 PRETA PATRÍCIA: QUEM VÊ CLOSE, NÃO VÊ CORRE

6.1 Histórias da minha área: bucha, sabão e livro na mão: experiências como diarista, doméstica e babá

Minhas avós, vizinhas e tias sempre me contam longas histórias sobre o que passaram e passam trabalhando em serviços domésticos. Todas começaram a trabalhar muito cedo, ainda na infância. Muitas das histórias coincidem e se parecem. Chama atenção o fato de os patrões sempre “darem com carinho” os restos que não usam, seja de comida ou bens materiais. O que me preocupa é o fato de que essas mulheres quase sempre guardam com muito carinho as pessoas que fizeram “tanto por elas”. Minha avó paterna trabalhou grande parte de sua vida em uma casa de judeus e é extremamente grata a eles até hoje. Entre as histórias que ela conta, percebo que passou por tamanha violência psicológica, mas como não aceita ter passado, finge que não eram violências. Minha avó se tornou uma mulher preta com falso pensamento branco, mas que, talvez, sem perceber traz consigo todas as manhas, conhecimentos, lutas e afetos ancestrais. Em “Tornar-se Negra” (1980), Neusa Santos retoma trechos de falas de pessoas pretas, em uma delas explica que para não se sentir isolada, ou a pessoa *negra* se integra a comunidade preta ou se integra à comunidade branca que vai lhe ferir ao longo dos dias, colocando-a sempre à prova. Isso explica muito sobre o embranquecimento nas famílias brasileiras. É nesse contexto de trabalho doméstico e contato cotidiano com pessoas brancas e situações racistas em que me naturalizei.

Nesse sentido, ocupar um espaço acadêmico e ser a primeira e única a ter acesso a universidade pública em minha família, trouxe grandes responsabilidades e orgulhos. A academia abriu portas para alguns conhecimentos e me possibilitou estar trilhando uma trajetória acadêmica que muito me orgulho. Como bolsista, tive possibilidade de conhecer lugares e pessoas que levarei por toda a vida. Foi na vivência acadêmica que tive contato próximo com pessoas ilustres como a grande pensadora Petronilha Beatriz, a deputada federal

Benedita da Silva, o fundador da ABPN (Associação Brasileira de Pesquisadores Negros) Henrique Cunha, e também queridos estudantes, professores e parceiros de caminhada que muito me ensinaram. Entretanto, a mesma academia que me acolheu, também me violou. Violou meu corpo e psicológico.

Sobre as desigualdades dentro da academia, posso registrar que os cursos com padrão social elevado permanecem sendo compostos majoritariamente por jovens brancos e brancas da classe média, que em geral, se preocupam apenas com os problemas da juventude e a formação acadêmica. Não existe, portanto, a preocupação pela sobrevivência. De longe vi a juventude branca de classe média preocupada com a manutenção de suas drogas, relacionamentos e o desenvolvimento de festas. Hoje, tardiamente, percebo que gostaria de ter vivido mais livre e de forma mais jovem a juventude.... Infelizmente não me foi possível, principalmente por ser uma mulher, *negra* e pobre. Outras experiências se somaram à minha vida, experiências ligadas às responsabilidades.

Sair da periferia de um estado e ir morar em outro estado é um ato de enfrentamento e coragem. Como muitos de meus amigos, foi o que fiz. Sempre tive apoio, compreensão e cuidado de minha família, mas, ainda assim, as poucas condições financeiras para residir em outro estado foi peça fundamental para o arrocho da violência racial. Em busca de mínimas condições de sobrevivência e visando concluir o curso de graduação procurei empregos e fui submetida aos trabalhos direcionados às mulheres *negras* desde a colonização: domésticos, de cuidado e de limpeza. Gostaria de deixar claro que não me envergonho, muito menos desdenho o trabalho de domésticas, diaristas, cuidadoras e babás, apenas me posiciono contrária à destinação destes ofícios apenas para mulheres *negras*, sem que possam ter outras oportunidades de emprego no mercado de trabalho.

Tais empregos são violentos com as mulheres *negras*. É no emprego doméstico que as mulheres *negras*, em sua maioria, encontram uma falsa segurança para sobrevivência. Não diferente, fui babá de uma criança branca de classe média durante seis meses. Todos os dias naquele ambiente eu sentia o racismo. Na mesa de café, no almoço, no caminhar pela residência, na utilização do banheiro (que ficava separado, na lavanderia), no caminhar pelo condomínio. Santos (2018) afirma que

a burguesia brasileira difundiu a ideia de “Casa Grande e Senzala” para identificar suas acomodações nos séculos XX e XXI, mantendo o poderio o branco como um lugar de inferioridade “natural” ocupado por pessoas negras (p. 12).

Era comum que os empregados da casa não fizessem as refeições na mesa, junto com moradores da casa. Muitas vezes, as empregadas domésticas, companheiras de emprego, não se alimentavam da comida que elas mesmas preparavam. Era comum também que não usássemos os mesmos banheiros que os moradores da casa, tampouco, poderíamos usufruir das acomodações de visitas, como sofás e cadeiras. Eu me assustava com o fato de que ao chegar das compras do supermercado, os moradores da residência faziam a doméstica parar o que estavam fazendo para descer e subir, sozinha, com as grandes compras nas mãos. Algumas situações ficaram marcadas em minha memória. Uma delas se deu em um dia de muito calor. Com permissão, fui levar a criança para um banho na piscina do condomínio. No mesmo ambiente várias mães, babás e avós também acompanhavam suas crianças. Estava tudo muito tranquilo até que entrei na piscina com a bebê no colo e as residentes do condomínio começaram um burburinho. Eu não estava entendendo e continuei brincando com a criança e em poucos minutos a responsável chegou correndo pedindo para que eu me retirasse da piscina. Me sentindo muito constrangida, saí e perguntei o que estava acontecendo, afobada ela me dirigiu a palavra dizendo: “como você entra na piscina com esse cabelo? Não pode, né?”. O meu cabelo estava trançado. E todas aquelas pessoas me olhavam com olhar de nojo... [Silêncio].

Em outra situação, enquanto eu alimentava a criança, a doméstica fazia o almoço, a responsável da casa, vulgo nossa patroa, fazia as medidas das cortinas da sala com uma costureira. Ao final da avaliação, as cortinas de cetim, custariam quase o valor de todo o salário anual de minha colega de trabalho. Enquanto ela, muito silenciosa só observava a conversa, eu pensava em como todo aquele valor de cortinas poderia mudar a vida de muitas trabalhadoras domésticas.

Foi em ambientes da classe média e da classe média alta rondonopolitana, onde vivenciei situações racistas, de abuso, e de violências psicológicas extremas. Em outra casa, a de um professor universitário (que fingia estar me impulsionando academicamente), limpei escritório, corrigi avaliações, fui cuidadora de uma parente sua em um hospital (passando por situações que eu não estava preparada, pois não tinha formação alguma na área da saúde, tampouco em cuidados com idosos) e em algumas dessas situações, o combinado era de que eu recebesse valores por fora (alguns desses valores nem foram pagos). Era como se eu fosse obrigada e tivesse nascido para ocupar posição de servidão e por necessidade aceitei. Vale lembrar que nessa situação específica os trabalhos e locomoção que eu fazia para dedicação à esse “impulsioneamento acadêmico” prometido estava incluso no valor de uma bolsa acadêmica

de cerca de R\$300,00, ou seja, depois de sair desta situação, pude perceber o quanto submetida ao racismo eu estava, já que não existia nada além da relação de servidão.

Em um memorial, no ano de 2018, quando ainda estava submetida a essas situações, escrevi: “Se eu não pegar esse serviço, outra pessoa que também está precisando vai pegar. O que será que eles pensam quando me oferecerem menos da metade da diária de qualquer diarista? 60 reais por 10 horas de serviço, ou seja, seis reais a hora? Nesses lugares, entendi e aprendi muita coisa. Outrora, numa empresa, uma madame me ofereceu de presente uma bucha de lavar louça e um sabão em barra, dizendo que combinava comigo. Outra, reclamou de eu estar sentada em seu caro sofá carmim. Essa última também me testava o tempo inteiro para saber se eu “realmente” estudava e se era inteligente, já que a babá (no caso, eu), estudava na mesma sala que sua filha na universidade pública. Olhares de repulsa, racismo, homofobia e controle, tentaram por dias a fio me intimidar. Nesse sentido, continuo me cobrando. Me cobro em leituras, avaliações, disciplinas optativas, sempre me esforço ao máximo. Já que são as notas e produções que vão definir toda minha vida acadêmica.”

O racismo e suas múltiplas formas de controle e punição trabalham colocando barreiras incansáveis para nós, pessoas pretas. Os nossos corpos sobreviventes, quando ocupam espaços, incomodam, justamente porque mostram ao sistema que resistimos a todas humilhações, depreciações e violências. Bia Ferreira já anunciava em sua música²⁶ que “nascem milhares dos nossos cada vez que um nosso cai”.

Enquanto passava por tamanha violência também estava preocupada em ser uma boa estudante. Responsável pelo meu próprio desempenho acadêmico e compreendendo o quanto a academia adoce todas as pessoas que a vivem, perdi uma parte da minha juventude em busca de responsabilidade, cuidado com a formação e respeito com a sociedade pobre e preta.

6.2 GRITO EM SILÊNCIO

Quando ocupamos espaços destinados às pessoas brancas, somos colocadas à prova o tempo inteiro. Precisamos mostrar que somos capazes e provar nossa potência. Ser bolsista e cotista me colocou em posições sublimes, onde eu não poderia errar e ainda deveria ser muito boa. Em verdade, o sistema instiga isso. Vejamos as disposições para bolsistas em qualquer

²⁶ Música “Cota não é esmola”, Bia Ferreira. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QcQIaoHajoM>

universidade do país: bom rendimento, sem reprovações e *progresso* nas participações de eventos e publicações.

Como efeito do racismo, diversas vezes senti-me “privilegiada” por usufruir dos auxílios e bolsas estudantis, pois me possibilitaram o acesso a uma gama maior de conhecimento, porém, por outro lado, senti que minha humanidade estava sendo retirada por completo. Não importava o que estava acontecendo paralelamente à vida acadêmica, a necessidade de produção e rendimento, estimuladas pelo neoliberalismo, me obrigava a estar em uma boa posição, já que a lógica neoliberal entende tudo como produto, inclusive nossos corpos. Compreendo que ter acesso ao básico não é privilégio, já que educação, saúde, alimentação e lazer são direitos básicos para todas as pessoas.

A discussão sobre “provar capacidade” e “ser melhor” entre as pessoas pretas é antiga. Souza (1983) guia uma discussão acerca do assunto, mostrando-nos que em todos os níveis sociais, essa condição racial é cobrada de todas as pessoas. Visto que ainda estamos caminhando para ocupar posições visíveis na sociedade, quando conseguimos, precisamos ficar provando para os brancos que temos condições de estar ali. É no meio dessa discussão que se cria o mito da meritocracia, justificando que todos possuem as mesmas condições, acessos e possibilidades, sendo “mérito” ou culpa exclusiva da pessoa preta estar ou não ocupando tais posições.

A luta do movimento *negro* no Brasil pelas cotas raciais, mesmo que antiga, só foi instaurada como reparação histórica há menos de dez anos, em agosto de 2012 com a lei nº 12.711, a Lei de Cotas. Nesse sentido, acredito que ainda temos muito o que caminhar para garantir a equiparação e reparação histórica com a população preta. Precisamos nos preocupar com os cuidados psicológicos com estudantes e profissionais pretas que são postas a prova o tempo todo. Lembro-me de um colega da universidade, que em meados de 2017 se suicidou. Era o único *negro* da primeira turma de medicina da universidade em que me graduei. Tais episódios ocorrem constantemente e não existe uma preocupação política. Provar o tempo inteiro que somos capazes de estar ali, além de desgastante, é cruel, pois não precisamos provar nossos valores, competências e saberes (menos ainda para pessoas brancas).

A universidade da forma que está posta não visa uma inclusão preocupada em sanar os problemas históricos de segregação racial, muito pelo contrário, me parece que gera mais preconceitos e racismos com seus dispositivos de inclusão desacompanhados de amparo e cuidado social, político e educacional. Para vislumbrarmos uma universidade que garanta a

inclusão das diferenças, precisamos lutar, primeiro, para descolonizá-la. Em uma universidade descolonizada médicos aprenderiam com os médicos da terra, com as parteiras; biomédicos, engenheiros e fisioterapeutas com os indígenas, teólogos com as benzedeiças e assim sucessivamente. A universidade precisa de professores, administradores e reitores que representem a população negra, indígena, quilombola, ribeirinha, deficiente, infantil, lgbtqap+, feminina e trabalhadora, precisa representar a diversidade populacional de nosso país.

Percebo que o currículo (teórico, arquitetônico, administrativo) da universidade contribui para a reprodução contínua de racismos e violências sociais. Ele constitui mais um dos aparatos do Estado para a manutenção de hierarquias e saberes brancos eurocêntricos patriarcais. Quando olho para minha formação, é perceptível que a minha construção acadêmica e intelectual se deu, principalmente, nos espaços representativos: organização estudantil, na relação com professoras pretas e com autoras e teorias pretas e indígenas. Tenho total consciência que a universidade dentro dos padrões eurocêntricos atrapalhou e fez com que as violências direcionadas a meu corpo e a maioria dos corpos pretos se agravassem. Afinal, é um lugar branco, pensado para brancos, organizado por pessoas brancas e punidor de pessoas pretas. Estar nesse lugar totalmente hostil é desafiador. A tentativa de ocupar espaços políticos na sociedade é, historicamente, um trabalho árduo, que gera violências físicas e psicológicas e genocídios dos grupos sociais ditos “minoritários”.

7 POETA É BICHO SOLTO SABE QUE QUANDO TUDO ACABA RESTAM OS POEMAS

7.1. Considerações sobre o conto Bife com batatas fritas de Cristiane Sobral

A cena ficou muda no pequeno universo desta pequena que despiu e jogou longe a falsa boneca travesseiro e correu para o banheiro com chão de azulejos minúsculos e coloridos. Ióli decidiu tomar banho sozinha pela primeira vez. Resolveu chorar para despedir-se da própria infância. (RIBEIRO e BARBOSA, 2007, p. 45)

O conto “Bife com Batatas Fritas” apresenta uma crítica racial e social e, embora publicado há doze anos atrás, é suficientemente atual. A personagem principal é uma menina de sete anos que vive com sua família em uma favela qualquer. Ouso dizer que o nome da menina faz referência a sua alimentação, já que, de acordo com o narrador, é de “carboidratos baratos” (p. 43), de macarrão, alho e óleo: Ióli.

Ióli, como tantas meninas brasileiras, teve sua infância destituída muito cedo. A maioria das crianças *negras* brasileiras nunca sentiram integralmente o gosto do que entendemos por

infância. Desde muito cedo, exercem funções domésticas e laborativas, ou para ajudar os pais ou para sobreviver ao abandono.

No texto já citado de Ione Jovino (2015) a autora explana os aspectos da vida infantil das crianças *negras* no século XIX presente nas iconografias do período, que demonstram que essas crianças vivenciavam a experiência de infância de forma limitada e dentro de suas funções ocupacionais. Aos meninos, essa vivência era permitida com mais liberdade, pois as funções destinadas a eles eram, via de regra, estabelecidas nos espaços das ruas, possibilitando o brincar (2015). Já às meninas, destinadas ao trabalho doméstico incessante, eram limitadas ao espaço, os documentos não registraram o brincar feminino.

A pequena menina Ióli, que pôde sentir essa breve infância até os sete anos de idade, perde sua mãe, sem ao menos uma despedida, pelo descaso da saúde pública. O conto deixa em aberto a morte/sumiço dessa mãe que vai ao hospital e não volta, e desses filhos que agora encontram-se desamparados, sem lar e sem família, situação semelhante à realidade de crianças que residem em orfanatos e instituições públicas que atendem demandas sociais.

O racismo me parece sinônimo e antecessor à fome, à desigualdade social, marca a breve “infância” das crianças *negras*. A infância estudada na academia, não diz respeito a infância *negra*, não inclui aspectos essenciais que perpassam as infâncias racializadas. Assim como Ióli que “aperta e abraça a bonequinha-travesseiro improvisada” (RIBEIRO e BARBOSA, p. 44, 2007), as meninas *negras* são destinadas ao cuidado materno servil. De acordo com o narrador, o travesseiro “representa a sua boneca preferida na sua interminável tentativa de criança que deseja ocupar o papel de mãe pelo puro exercício da repetição” (p. 43).

Direcionadas desde cedo a esses cuidados, as mulheres *negras* são os pilares das sociedades e famílias latino-americanas. Entendo a organização social das famílias nas Américas como a matrifocalidade, termo cunhado por Gonzalez (1970) e ainda extensamente estudado por autores da área. Concordando que ela não pode ser definida com concretude, pois é extensa e está no campo abstrato. A matrifocalidade está ligada a grupos domésticos de baixa renda dirigidos por mulheres, ausentes jurídica e politicamente da figura paterna, com traços do processo histórico da escravidão e matrilineares, ou seja, ligados sempre à família materna. Nas famílias matrifocais, a mãe é a figura estável da família, tanto econômica como afetivamente. No conto, o narrador relata que na ocasião a casa e a família de Ióli estavam abandonadas depois do sumiço repentino da mãe:

Nessa casa igual tantas outras, ninguém almoça, ninguém janta nem toma banho. É assim quando não tem nenhuma mãe por perto. Todo mundo fica meio perdido, meio filho desmamado, meio cachorro criado em casa, sem rumo nas ruas. (RIBEIRO e BARBOSA, 2007, p. 45)

Em meio ao desamparo afetivo, também encontramos no conto particularidades do racismo ambiental²⁷, pois

Ióli vive num bairro ocupado por moradores de baixíssima renda, onde existem inúmeras igrejas, de diferentes denominações, e nenhuma agência bancária. Cidades desenvolvidas podem ser medidas pela contagem do número de bancos. Cidades esquecidas podem ser medidas pelo número de igrejas. (...). Em sua humilde casa coberta por tijolos, pedaços de madeira e lona, reina um silêncio amarelo carregado de angústia. (p. 44)

Segundo Jesus (1960), as favelas são os “quartos de despejo” das cidades. Noutro artigo sobre “Racismo Ambiental em *Quarto De Despejo: Percepção de favela por uma poeta negra no século XX*”, Silva (2019), discute justamente as consequências do racismo ambiental no cotidiano das famílias que sobrevivem às margens. Nessa, e em qualquer conjuntura, a desigualdade social acaba por ser uma decorrência do “sistema mundo moderno/colonial” (CASTRO-GOMEZ e GROSGOUEL, 2008).

7.1.1 Epílogo: o refrão de um blues acinzentado

Um fato inusitado quebra o ritmo desse refrão de blues empestado de um lamento cinza: o irmão mais velho entra pela porta da frente a correr, sem camisa, com o cabelo grande e crespo despenteado e as pernas pretas foscas sem hidratante. O irmão grita e gesticula, totalmente descontrolado: - Mamãe morreu! Ninguém chora, ninguém grita aqui, mamãe morreu! (RIBEIRO e BARBOSA, 2007, p. 45)

Depois de apresentar o cotidiano da menina que utiliza peças de roupas doadas por alguns “pobres de espírito” (p. 45), a narradora conta sobre a deficiência ortopédica da pequena menina que, a essa altura, já não tem mais sua mãe. Após a cena ficar muda e o primeiro banho sozinha, após escoar as memórias e a infância pelo ralo (p. 46), e a casa de um cômodo se encher de “vizinhas fofoqueiras”, a narradora, com certa sagacidade, expressa a realidade de quem já tivera passado pela mesma situação da menina, dizendo:

A mais velha, muito magra, pálida e rabugenta, segura Ióli pelo braço e, num movimento rápido, que expressa imediatamente seu comportamento autoritário,

²⁷ “O conceito diz respeito às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas. Como escreveu Tânia Pacheco no blog sobre racismo ambiental, ele não se configura apenas por meio de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente por meio de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. “Injustiça ambiental” é definida, complementarmente, como “o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis.” (HERCULANO, 2014, p. 01) Vide referências.

arrasta a menina com firmeza até a porta de saída da casa. Cuidar de alguém é um exercício praticado de forma doentia por adultos que, na infância, viveram a experiência do abandono. (p. 46)

Há uma tendência de que para lidar com as crianças, os adultos recorrem ao que têm de concreto, se é violência, recorrem a violência, se é abandono, recorrem ao abandono e assim sucessivamente (HOOKS, 2020). Nesse sentido, mesmo de forma grotesca, a vizinha acolhe os irmãos órfãos e os alimenta.

- Hoje só temos arroz com farinha. (...). Na sua fantasia de menina, sempre desejou comer um bife bem grande, do tamanho do prato, com cebola, salada, arroz, feijão e batatas fritas. Não devia faltar comida para criança alguma. Ióli deixa o prato de lado. Chora desesperadamente. É um pranto mitológico, que traduz uma angústia indescritível: a falta da mãe. Como será a vida das crianças que têm pai e mãe e comem bife com batatas fritas? (p. 47)

Este amargo trecho converge muito com o que Carolina Maria de Jesus escreveu em “Quarto de Despejo” (1960):

Passei uma noite horrível. Sonhei que eu residia numa casa residível, tinha banheiro, cozinha, copa e até quarto de criada. Eu ia festejar o aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu ia lhe comprar umas panelinhas que há muito ela vive pedindo. Porque eu estava em condições de comprar. Sentei na mesa para comer. A toalha era alva ao lírio. Eu comia bife, pão com manteiga, batata frita e salada. Quando fui pegar o outro bife despertei. Que realidade amarga! Eu não residia na cidade. Estava na favela. Na lama, às margens do Tietê. E com nove cruzeiros apenas. Não tenho açúcar porque ontem eu saí e os meninos comeram o pouco que eu tinha. (JESUS, 1960. p. 33)

O racismo perpassa a realidade da população brasileira. Perpassou também as autoras *negras* que recorreram à literatura como fuga e que, por várias vezes, nos alertaram sobre as mesmas situações. O feminismo por muito tempo ocupou-se, centralmente, de questões eurocêntricas, não sendo suficiente para pensar questões raciais como a construção da infância *negra*, problemática que traçamos aqui a partir do conto de Ióli. Portanto, enegrecer o feminismo é necessário, o caminho é percorrido com passos árduos, ocupando espaços e possibilidades de fala. Pensar a partir da interseccionalidade de gênero, raça e classe e com a decolonialidade abre portas para a elaboração e proposição de políticas efetivas que reconheçam os direitos e se ocupem das necessidades da população latino-americana, sobretudo, da população brasileira. Segundo Carneiro,

(...) pensar a contribuição do feminismo negro na luta anti-racista é trazer à tona as implicações do racismo e do sexismo que condenaram as mulheres negras a uma situação perversa e cruel de exclusão e marginalização sociais. (CARNEIRO, p. 13, 2003)

*7.2. O dia mais triste do ano*²⁸

Levantou às duas e quarenta da matina, tentando esquecer que dormira apenas duas horas atrás com o choro de Julinha. Lavou-se em banho morno, com o rosto deitado, deixando que a água lavasse seu sono. Rapidamente cobriu o corpo com a roupa do dia anterior, esquentando as partes gélidas de suas pernas. Foi até a cozinha, picou alho, cebola e pimenta. Pegou sua colher de pau que sempre a acompanhava naquele horário, fritou o alho na gordura, botou o arroz e o fez. Na panela de pressão cozinhou e temperou o feijão. Passou pano no chão, limpou o fogão e colocou ração para o cão. Com nó na garganta e vontade de chorar diária, estendeu as roupas úmidas, torceu nas mãos frientas os lençóis que estavam de molho e os compôs no varal colorido. Desligou o feijão, conferiu o gás. Pegou sua bolsa. Se dirigiu ao quarto e com carinho beijou suas três filhas. Tomou ar de coragem. Era a força para mais um dia. No frio e no vento forte da cidade de São Paulo, trancou o portão, pediu ao sagrado que cuidasse das meninas. Olhou o relógio, ainda eram três e meia. Hoje não perderia o ônibus. Com passos apertados chegou ao ponto e o avistou na esquina, estava chegando bem rápido. Subiu. Cumprimentou o Sr. Zé, passou a catraca, os bancos ainda estavam vazios. Escolheu o lugar de sempre e sentou-se no canto da janela, onde encostava a cabeça. Acordou no ponto final. Abriu os olhos e a noite já denunciava que amanheceria a pouco. Desceu do ônibus e o calor do corpo das pessoas que passavam quase que correndo já acelerava seu próprio ritmo. Às pressas, as catracas do trem eram giradas com certa ignorância e brutalidade. Ali já havia milhares de companheiras e companheiros que compartilhavam a mesma rotina matinal. Os empurrões e reclamações se misturavam e apertavam. Poucos tinham a oportunidade de sentar-se. Naquele dia não teve sorte. Foi de pé. Passaram-se quarenta minutos, o vagão estava estufado, e pedindo licença conseguiu sair da lata retangular. Era hora de pegar o metrô. Transferência.... Pelo menos esse transporte público fazia menos ruído das rodas passando entre os trilhos. Não ensurdecia. Mais seis estações de pé naquela lata lotada e os pés já começavam a doer. Outra transferência. Cada vez lotava mais. Pensara, imaginariamente, se as pessoas não poderiam espremer-se como laranjas, tornando-se suco. Riu. Olhou por entre as brechas das cabeças e avistou o nascer do sol. O relógio já marcava cinco e trinta e cinco. Transferência. Mais uma estação. Pronto! A última transferência. Outra estação. A voz que saía das caixinhas de som dizia em duas línguas, “Estação Hebraica-Rebouças. Desembarque pelo

²⁸ O conto de autoria própria foi inspirado em situações ocorridas em ambientes de trabalho quando exerci o trabalho doméstico e em notícias e entrevistas com mães que perderam seus filhos baleados pela polícia no ano de 2019. O conto mistura realidade com ficção e possui um único parágrafo intencionalmente para que a leitura decorra exatamente sem pausas normativas. Publicado em setembro de 2019 no Portal Geledés.

lado direito do trem”, a segunda língua não entendia. Pra que inglês? Nem sei disso aí. Saiu da lata pela última vez naquela manhã. Atravessou a catraca, o sol já estava alto. Andou mais dez minutos, passou na padaria comprou uns pães fresquinhos e seguiu até o prédio em que trabalhava. Lá subiu o elevador de serviços. Vigésimo terceiro andar. Depois da porta, abriu as longas cortinas que cobriam os rodapés das paredes. Colocou a água do café, retirou a mesa de jantar do dia anterior, colocou ração para a cachorra. Foi ao banheiro da lavanderia, trocou suas sandálias pelo calçado confortável de sempre. Mandou mensagem para as meninas para saber se lá estava tudo bem. Elas já estavam acordadas, iam para a escola, tudo sob controle. Colocou o celular no silencioso e então encostou a bolsa no canto esquerdo da parede abaixo do gabinete. Voltou à cozinha. Lavou a louça, passou pano no chão e torrou e passou o café também. O cheirinho invadia todo o ar. Cláudia ascendeu na sala. Bom dia, querida. O cheiro está bom. Bom dia, dona Cláudia. O café está pronto. Vou colocar a mesa, pode acordar o Sr. Pedro. Cortou as frutas, fez suco de laranja, torrou alguns pães, colocou os frescos na tigela de madeira que há pouco tempo chegara da Malásia. Finalizou com manteiga, requeijão e queijo branco. Apertou a campainha de sino que ficava na bancada da cozinha, anunciando que a mesa de café da manhã estava posta. Antes que eles chegassem, para que não soasse desrespeitoso, tomou três goles do café, umedecendo a boca seca e amarga com o líquido dos deuses apreciando o sabor do grão torrado e moído na hora. Sentaram-se à mesa. Os dois. Eles combinavam, pensava. Nem parece que são desse país, não têm cara de povo brasileiro, sabe? Então, foi ao quarto do casal, como todos os outros dias, não gostava de ficar na cozinha enquanto eles conversavam, sentia que estava incomodando. O ar condicionado gelava as grossas e grandes cobertas que mal conseguia dobrar com seus braços. Abriu as janelas, forrou a cama, tirou pó, recolheu as roupas sujas. Atrás do grande espelho do lado direito estava a academia da patroa. Arrastou o espelho e passou pano com álcool nos equipamentos. Pensara sempre que nunca precisaria daquilo, já que sua vida era a própria academia. Querida! Já vou dona Cláudia. E apressou-se. Vou precisar resolver minhas coisas hoje, o dia será corrido. Não esqueça do almoço das crianças. Nada de fritura por favor. Nem açúcar no suco. O motorista vem buscá-los dez pra uma e os traz perto das cinco. Se a Florzinha vomitar a ração me liga imediatamente. E ah, a tarde vêm uma costureira tirar as medidas da cortina da sala, pode deixar subir e anote o valor. Ela já sabia de pelo menos a metade daquela ladainha de cor há cerca de onze anos, desde que o mais velho, Arthur, nasceu. As cortinas trocavam a cada três meses. Nove mil reais. Era tecido pra cobrir rainha da Inglaterra e seus filhos, nera?! Diacho... Se esse ano pagassem um pouquinho a mais no final do ano quase seu salário acumulado dava pra comprar a tal da cortina. Riu. Que cortina o quê?... Se desse pra fazer alguma coisa, eu perguntava era pras

filhas o que elas queriam de natal, dava uma reforminha na cozinha de casa... Ok, querida?! Sim, senhora. Afirmou assustada, estava era sonhando acordada, de pé na porta, com a cara de boba enquanto eles ainda estavam ali. Apressou-se e voltou ao quarto terminando o que começara. Mas logo saiu para que os donos ocupassem o espaço. Na cozinha recolheu a mesa do café, lavou as louças. Seguiu até a lavanderia e separou as roupas por cor. As brancas lavava a mão, com sabão de coco. Lembrava toda vez que, quando sua primeira filha nasceu, teve o luxo de dar banho nela com um sabão parecido com aquele... Coisa chique, né? “Sabão de coco” ... Enquanto lavava as roupas, imaginava coisas, rememorava sua vida, lembrava das meninas, queria era estar lavando as roupinhas delas. O celular vibrou e ela não viu. Vibrou cerca de quarenta minutos. Estava dedicada ao serviço. Ouviu a porta bater e sabia que os adultos já saíam do apartamento. Após estender as roupas preparou o balde com água e sabão, o pano e foi limpar as janelas da varanda. Por dentro e por fora. O lado de fora sempre dava a sensação de que poderia ser seu último afazer da vida. Mas naqueles dias precisava esquecer o medo de altura, em casa tinha gente pra cuidar, medo de quê? E lá foi. Os ventos estavam fortes, não olhava pra baixo de jeito nenhum. Não podia ter marca de pano ou de má limpeza que dona Cláudia reclamaria. Preferia seu silêncio aos blablabla de gente rica fresca. Ali no alto não podia imaginar muito. Era precaução e atenção. Após uma hora e meia terminou. Novamente cortou frutas, preparou o café da manhã das crianças e as acordou. Bom dia, preciosa. Bom dia, príncipe. Vamos levantar pra comer? Cortei morango do jeitinho que vocês gostam. Vamos? A pequena abraçou-a com carinho e com um largo sorriso... Que preguiça, tia. Queria ficar aqui com você o dia todo. Arthur pulou da cama, tacou-lhe um beijo na bochecha. Estava animado, hoje teria aula de judô depois do colégio. Desligou o ar condicionado, puxou as cortinas, abriu as janelas. Enquanto eles sentavam à mesa cada um com seu celular assistindo desenhos e vídeos, ligou também a tv da lavanderia para escutar as notícias da manhã. Voltou a cozinha para fazer o chocolate quente e ouvia tragédia novamente, como nos outros dias. Mas qual era a de hoje, hein? E ouviu o nome de seu bairro. Assustada, largou o chocolate e correu para a frente da televisão. Paralisada, como quem sentia o corpo desfalecer enxergou o portão de sua casa. Piscou os olhos e coçou-os algumas vezes. Era sua casa. Seu portão, que há pouco acabara de trancar. Com tremor, correu para o celular... quarenta e sete ligações. Desesperou-se para saber o que estava acontecendo, imaginou o pior. Ligou de volta e aos prantos sua filha do meio, Carol tentava explicar que, ao sair de casa para ir para a escola, uma bala perdida saída da arma de um policial atingiu a mais velha, Letícia. Ela estava viva, ainda no chão. Rapidamente, num desespero que nem lágrima saía, ligou para Cláudia explicando o acontecido e dizendo que deixaria as crianças na vizinha. Cláudia prontamente negou e pediu que esperasse, mas nada no

mundo era mais importante que suas filhas. Então assim o fez. Pediu desculpas às crianças, explicou a situação e os deixou com Eliete, companheira de trabalho do apartamento vizinho. Pegando metrô, demoraria demais. Pediu um carro por aplicativo, quase duzentos reais. Não importava, passou no cartão de crédito. Sorte que ainda tinha. Implorava ao motorista que corresse como se fosse sua filha. Sorte era que aquele horário não era de pico. Chegou em uma hora e vinte. Sua filha ainda estava no chão. Desceu do carro aos gritos enquanto a multidão se afastava. Segurou-a em meio ao sangue, já frio. Lembrou do primeiro banho, da primeira roupa. Lembrou da luta. Lembrou em questão de segundos da companheira de vida, apenas 12 anos mais velha que ela. Chorava sem perguntar, sem querer saber. Chamava-a pelo nome e gritava sua filha aonde é que sua consciência estivesse. Beijava a testa, a boca, a bochecha, aos mãos. E a multidão sentia sua dor. Era dor descomunal. Gritava aos santos pedindo por socorro. A chuva começava a cair. Era o luto de todas suas ancestrais. Eram lágrimas de chuva. Ajoelhou-se, olhou aos céus, com a mão na cabeça de sua filha orava como se fosse seu fim. Sentiu o puxar nos braços e vozes pedindo que saísse de cima do corpo. Corpo não! É MINHA FILHA! Dois gritos vinham por trás e abraçando-a sentiu o vazio de três mulheres. Uma de 5, uma de 9 e uma de 31. O mundo estava branco. Branco de ruindade. Branco de vazio. Branco de tristeza. Branco de insensibilidade. E viu o preto em seus olhos. Eram seus santos. Gritava pedindo salvação. Nada além disso nesse mundo poderia estender-me a mão. Um calor estendia-se por todos que estavam ao redor. As lágrimas desciam dos olhos de mãe e filhas. Ao olhar novamente para os braços, uma lágrima desceu dos olhos de sua filha baleada. O último grito de desespero, do mais profundo de sua alma clamava em fé para que a ruindade do mundo não tirasse seu tesouro mais precioso e sua força. Letícia abriu os olhos, num suspiro profundo dizia o quanto sua mãe era forte, pediu para que fizesse de Carol sua amiga fiel. E que em luta, nunca esquecesse dela. A última lágrima escorreu e disse: “Segurei até aqui para despedir-me da senhora, eu te amo. Sempre te amarei. Eles não sabem o que é isso, mãe...” e partiu. A boca abria e nenhum som saía. Deitou ao chão. Segurando-a com força. Nunca mais esqueceria daquele dia. Além de fazerem-na lutar pela sobrevivência de suas crias, agora tiraram dela a esperança de sobreviver. Não entendia como eles nunca sentiam empatia. Racismo. Tortura. Massacre. População *negra*. Mulheres *negras*. Sobrevivência e dor.

7.3. Buba e o pé de carnaúba

Na cidade de Petrolina
no Estado de Pernambuco,

no nordeste brasileiro,
vivia uma família de origem quilombola
que sobrevivia das plantações e dos animais.

Era boi,
era vaca,
era alface
e até batata.

Mas num período de seca muuuuito grande,
que durou quinze longos meses,

o boi morreu
a vaca emagreceu
a alface secou
e a batata murchou.

No quintal de casa, Buba pensava:

- Por que a chuva, tão esperada, o limoeiro não molhava?

O ar quente e a poeira cobriam a cajazeira.

O nariz de Buba ardia e, com sede, ela dizia:

- Se São Longuinho me escutasse, se Iansã me falasse ou as nuvens cantassem, quem sabe a chuva nesse sertão não chegasse?

Foi aí, que lá longe, perto da casa de Dona Ritinha, Buba avistou um pé de pinha e lembrou da sua tia Zefinha que vivia ajoelhada no altar da igreja. Então pensou:

- Como é que pode as nuvens ouvirem as preces de toda essa cidadezinha, se eles estão lá longe, só na igreja? Desse jeito as nuvens não vão escutar nadinha.

Olhou o pé de pinha,
avisou mainha,
pegou sua chinelinha,
pulou o muro da vizinha
e correu bem ligeirinha.

Num grande salto pendurou-se no emaranhado de troncos e subiu até o topo.

Avistando as nuvens, de longe gritou:

- Ei, São Longuinho! Rainha Iansã! Nuvens belas com cheirinho de hortelã, mande chuva bem loguinho, amanhã de manhã.

Acreditando que seu pedido seria realizado, voltou pra casa com sorriso de lado a lado e dizia um bocado:

- O dia é amanhã! Mainha, painho preparem o feijão, faço farinha junto com os irmãos.

Sem entender a certeza da menina, a vó terminando a faxina, atina:

- Num fresque, não! Chuva nesse sertão, só depois do próximo verão.

Desacreditada do que a vó falara, quase não dormiu, pensando no dia que chegara.

Assim que abriu os olhos, levantou da cama afobada, correu até o quintal ainda com remelas penduradas. Mas ao ver a poeira vermelha, respirar o ar seco e a barriga roncar, logo pensou:

- Vóinha tava certa, não foi hoje que água chegou.

Sua mãe era feirante e vendia batatas e alface na praça da cidade e naquele dia Buba acompanhou a mãe.

Ao perceber que era começo de feira e a banca de sua mãe estava quase vazia e últimas verduras estavam contadas, Buba chorava e pensava:

- Se São Longuinho me escutasse, se Iansã me falasse ou as nuvens cantassem...

E foi surpreendida pelo senhorzinho que vendia gengibre e sementes:

- Oi, pequena menina. Tu és filha de Joana de Helena, não é? Me fazes um favor? A seca também chegou lá em casa... Os filhos estão com fome e a mulher tá arretada! Troca cinco batatas e um pé de alface por uma semente de carnaúba mágica?

Num grande estalo de ideias, Buba olhou para frente e já se imaginou fazendo seu pedido do alto daquela grande árvore. Rapidamente correu para debaixo da banca da mãe, pegou um saquinho e colocou dentro as cinco batatas e em outro, um pé de alface. Só haviam sobrado mais 3 batatas, e era a última alface na barraca. A mãe não percebeu na hora, estava preocupada, conversando com dona Ana, a que vendia banana.

- Aqui está, senhor!

E o velho respondeu:

- Tenha fé que a chuva vem! Candeia que vai à frente alumia duas veiz. Leve essa semente de carnaúba, é árvore maior que tem nesse nortão. Se alguém de coração valente, com esperança reluzente, plantar essa pequena semente, a árvore cresce mais alto do que gente. Se lá do alto dela fizer um pedido, cairá uma grande chuva pra esse povo sofrido.

Num piscar de olhos, o velhinho já havia ido embora e a mãe de Buba, assustada com toda aquela zuada, perguntou:

- Bubina Francisca! Onde estão as verduras deste balcão?

Tentando se explicar, a menina contou a história e a mãe, arretada, gritou:

- Menino faz isso com a gente mesmo! Tu tem que aprender... De graça só relógio trabalha, e assim mesmo quer corda. Avalie só?! Acha que pé de carnaúba agora traz chuva?

Triste com o sermão da mãe, mas esperançosa com as sementes, Buba chegou em casa e correu para plantar a carnaúba.

Assim que fechou com terra o buraquinho da pequena semente. Fechou também os olhos e com lágrimas escorrendo pedia:

- Se São Longuinho me escutasse, se Iansã me falasse ou as nuvens cantassem, quem sabe a chuva nesse sertão não chegasse.

E uma lágrima caiu, umedecendo o novo plantio. Rapidamente, um brotinho subiu! E foi crescendo, crescendo, e tomando tamanho, e caule, e galhos, ramos e folhas.

O olhar brilhante, reluzindo esperanças ao mesmo tempo, acreditava e se surpreendia com o tamanho daquela árvore.

Tomou coragem, limpou as lágrimas com as mãos sujinhas de terra e foi subindo, subindo, subindo, subindo... Ao chegar no galho mais alto da árvore gigante, quase tocando as nuvens com as mãos, fez sua prece:

- Ei, São Longuinho! Rainha Iansã! Nuvens belas com cheirinho de hortelã, mandem chuva bem loguinho, amanhã de manhã.

No mesmo instante uma nuvem se formou no céu e uma vizinha suave revelou:

- Buba, querida! Menina tão esperada. Alma lavada e coração valente. Por que tanta demora? Desça da carnaúba e corra para casa. Amanhã cedo, não! Não vamos deixar tardar. Avise toda a vila, hoje a chuva há de chegar!

Buba agradeceu à vizinha em meio ao choro e a sede. Desceu ligeirinho, abraçando a árvore com carinho. Correu para casa e anunciou:

- Hoje sim! Hoje a chuva chegou!

E em som de água banhando o chão, o povo assustou!

- É chuva em Petrolina, minha gente!

Era gente na chuva,

era gente de joelho,

era gente na igreja,

era gente bebendo.

Buba sorria e brincava na terra molhada.

Agora vai ter batata,

a alface vai estar fresca,

e a vaca bem alimentada!

Assim, de tempos em tempos, a chuva voltava.

E a seca?

Depois do pé de carnaúba,

com o pedido de Buba...

nunca mais perdurara.

7.4 Lembranças da casinha

as lembranças e a casa da vó Tina me fazem retornar à minha infância. morei ali toda infância. ainda sinto o cheiro de doce de leite. do leite fervendo. do sabão de óleo no balde no quintal. sinto o cheiro da pitangueira, minha grande companheira, que até hoje fica na calçada de sua casa. tenho lembranças das tardes frescas em que ela se sentava na pitangueira enquanto eu brincava de bicicleta na rua, do potinho artesanal que abriga os pregadores de madeira. do quadro da sala, com um riacho, uma casa colonial no fundo e um casal carregando uma cesta na cabeça... este quadro me hipnotizava à ponto de fazer eu adentrar minha imaginação e sentir-me banhando no riacho e conversando com o casal. a casa de minha vó me aproximou de meu avô (que faleceu quando meu pai tinha apenas 8 anos). minha avó não deixou, um dia sequer, que a memória dele fosse apagada. a casa de minha avó é um templo ancestral. foi casa de passagem nos anos setenta. lá ela abrigou companheiras e companheiros, parentes e crianças. lembro-me dos velhos móveis de madeira, lustrados com muito cuidado. da antiga máquina de lavar roupas bege, que mais parecia o motor de um fusca. das enchentes que nos assustavam. do rio tietê invadindo as casas com sua água poluída. dos enfeites espalhados pela casa. a imagem de Nossa Senhora Aparecida todas as quintas feiras em cima da mesa. a casa de minha vó me faz lembrar o quão jovens meus pais eram em minha infância. me faz lembrar

as grandes reuniões com muita cerveja, forró e sorrisos. a casa de minha avó está abençoada pelos ancestrais e eu sinto isso toda vez que chego em seu portão.

*Quanto a mim, serei poesia até o fim.
(LEÃO, 2017, p.187)*

8 TRABALHO DOMÉSTICO: A COLONIALIDADE EM NOSSOS CORPOS

bell Hooks e Gloria Anzaldúa têm me ensinado a nomear e compreender algumas inquietudes internas. Estamos sempre em reconstituição do que fomos, em processo do que seremos, e quando achamos que já somos, ainda estamos em continuação. A vida não se faz como macarrão instantâneo, receita pronta e medidas exatas, estamos em constante mudança. Percebo o tabu sobre a falta de afeto na vida das mulheres pretas e tenho tentado nomear tais tabus em minha vida cotidiana. Ao longo do trabalho, percorri caminhos que conceberam minha realidade, enquanto jovem *negra*, tais situações estavam conectadas às violências, serviços domésticos, ancestralidade, solidão, transições e insuficiência.

Em uma carta de meses atrás escrevi para a pessoa que fui aos dezessete anos como forma de acalanto para dores carregadas até o presente momento e esperança e força para os dias que virão. Ainda estou aprendendo a nomear os aspectos da colonialidade em meu corpo e entendendo que não existirá um momento que estarei suficiente, pronta, consolidada, justamente porque somos constantes. Neste processo de escrita da escrevivência, acredito ser importante desmembrar as violências coloniais e apontar caminhos para promover mudança, autorecuperação e transformação social na vida das mulheres pretas.

Existe uma lógica que pude sentir física e emocionalmente em todas as casas em que trabalhei como doméstica. Uma lógica que se repete desde as casas pobres que possuem uma trabalhadora doméstica sem carteira assinada, até as casas de classe média e alta. Essa lógica, obviamente, possui uma hierarquia de acordo com a classe pertencente do empregador. Ela possui sentidos coloniais que fundamentam tratamentos desiguais e estruturas de poder entre empregados x empregadores e empregados x empregados.

Era perceptível a mim a forma como certa família de classe pobre a quem eu prestava serviços me tratava de forma subordinativa e hierárquica, reproduzindo a ideia colonialista de trabalho, onde o trabalho não possui um início e um fim, um contrato, e sim um início, mas sem determinações de até onde tal atividade estaria dentro do contrato trabalhista financeiro. Essa lógica é reproduzida, principalmente nas famílias de classe média, em que as funções

domésticas se misturam com as funções de cuidado com crianças, idosos e animais de estimação. No mundo-moderno-colonial o emprego doméstico já está estruturado refletido nos aspectos sociais dos séculos XVI à XIX. De maneira progressiva e velada às nomeações de tratamento às mulheres *negras* que exercem tais funções domésticas, vão tomando forma de acordo com as necessidades momentâneas deste mundo. Quando pesquisamos anúncios sobre empregadas domésticas, pouco encontramos tal termo pois ele está perdendo espaço pelo termo “secretária do lar”.

O que essa expressão abarca é passível de problematização na medida em que explicita e vela a quantidade exacerbada de trabalho que essas mulheres são submetidas. O que essas palavras tentam mascarar é justamente a ligação com a colonialidade e aproximando o trabalho à modernidade. A secretária, de acordo com o Dicionário Online de Português²⁹ é aquela que “organiza e escreve a correspondência, dá conta do estado dos negócios, toma notas, marca entrevistas, recebe recados e cuida dos negócios de uma empresa”, ou seja, no caso específico da doméstica, é aquela que está a disposição para resolver as problemáticas do lar. Portanto, para além de cuidar da limpeza do ambiente, a trabalhadora deve atender telefonemas, anotar recados, estar preparada para resolver situações burocráticas da casa, cuidar da criança, auxiliar o idoso, passear com o cachorro, preparar as refeições e o que mais for necessário para os empregadores. O que as palavras escondem é que a hierarquia de raça, classe e gênero, ainda que dentro das leis trabalhistas, ultrapassam e fixam a colonialidade, desumanizando o que entendemos como trabalho.

Como já dito anteriormente, desde a colonização, os brancos organizaram uma hierarquia social dos povos de forma tal que dentro do sistema colonial, as pessoas pretas fossem associadas à servidão. O emprego doméstico, historicamente, é a personificação da vida no sistema-mundo-moderno-colonial. Pontuo aqui que a maioria das mulheres que ocupam esse espaço são mulheres negras, foram crianças e possuem família, lar, amam e têm filhos. Foram crianças violentadas pelo racismo. Que assim como eu foram atravessadas por várias formas de educação formais e informais, pelo racismo excludente de crianças *negras* na sociedade, que desde a infância exerceram atividades de trabalho. Foram adolescentes, passaram por conflitos sociais e individuais constituidores de suas subjetividades. Essas mulheres são e foram filhas,

²⁹ Vide em: <https://www.dicio.com.br/secretaria-2/>

netas, bisnetas, tataranetas de mulheres pretas e indígenas guerreiras, escravizadas, colonizadas, estupradas.

Cláudia Pons Cardoso, em “Amefricanizando o Feminismo: O pensamento de Lélia Gonzalez” (2014), afirma que para Lélia a mãe preta assume o papel educador de toda a sociedade brasileira desde o período colonial, tendo em vista que a Pedagogia da Casa (SCUDDER, 2019), o mapeamento e administração da vida tomados por essas mulheres estão intrinsecamente ligados com o papel educacional que exercem. A *mãe preta* organiza a vida particular de suas famílias criando uma pedagogia específica. As concepções de educação para *mães pretas* envolvem além de afetividades, preocupação, mapeamento geográfico social para sobrevivência dos seus. Scudder (2019) afirma que as mulheres *negras* são as responsáveis pela administração das garantias de existência das famílias *negras*. Para a autora, o que essas agentes históricas fazem se denomina “Pedagogia da Casa”, pois são essas mulheres que

[...] ativam práticas criadoras de soluções para demandas diárias. Demandas intrinsecamente ligadas à garantia ou não da existência. São elas que administram poucos recursos, que elaboram refeições, aproveitando escassos provimentos, que saem de casa com as marmitas vazias, que deixam de comer para que seus filhos comam, que constroem relações com os vizinhos, para que seus filhos gozem de algum cuidado enquanto se afastam para o trabalho. São elas que criam táticas para que frequentem a escola, que percorrem e cartografam o bairro, conhecem os armazéns, negociam com os comerciantes, atentam para o movimento dos moradores, com vistas, entre tantas coisas, a amearhar um tanto de segurança para seus filhos. (SCUDDER, 2019, p. 614)

Sabendo quem são essas mulheres, como elas administram a vida e a educação podemos enxergar o panorama do emprego doméstico enquanto resultado do colonialismo. No Brasil, o emprego doméstico foi regulamentado tardiamente, visto que o debate para a regulamentação dos direitos trabalhistas da classe perpassava majoritariamente toda a classe média e alta deste país, já que são os beneficiários da exploração colonial. Thereza Santos (1985) em um documentário para a Cultne, afirma que as mulheres pretas são a base das famílias brancas, alimentando e cuidando do lar e dos filhos das mulheres brancas, e ao mesmo tempo são, também, a base que sustenta econômica e afetivamente suas próprias famílias.

As histórias que cruzaram a minha história por vezes se parecem. Teço com mãos de luta situações que mulheres próximas a mim também viveram. Aqui, seus nomes fictícios tomam cenário de filme e as câmeras atentam às violências cotidianas e sociais. As histórias semelhantes mostram que não precisou de muito para que todas essas mulheres saíssem de casa muito cedo, entre os 14 e 18 anos, para irem atrás de um futuro melhor. A urgência em garantir a manutenção da vida fez com que ficassem totalmente vulneráveis à estupros, violências raciais e sociais de todas as formas. De todo esse processo de violências a que mulheres negras

migrantes estão postas, a violência no trabalho doméstico é a mais velada e exposta ao mesmo tempo. Conforme tratei em outro momento deste trabalho, a posição da mulher negra nos cuidados domésticos e como serviçal é naturalizada, bem como sua posição na hierarquia de funções sociais.

Serena

Serena, muito nova e com quatro filhos, migrou da Paraíba para São Paulo na expectativa de realizar sonhos, ter casa própria e filhos bem sucedidos. Hoje, no auge dos 60 anos, continua sendo trabalhadora doméstica na região central de São Paulo. Embora não tenha conseguido mudar de profissão, se sente realizada em ter sua casa própria, em ver seus filhos saudáveis, estudando e trabalhando em serviços não tão dolorosos e cansativos quanto o seu.

Uma mulher de luta, Serena trabalhou em inúmeras mansões, encontrou em seu caminho vários tipos de pessoa com idades, religiões e poderes aquisitivos diferentes. Embora muito falante, sempre soube exatamente o momento que poderia ou não se pronunciar. Segundo ela, receber “as sobras” de algumas patroas sempre foi algo comum. Ela relembra que em uma das casas que trabalhou na Zona Sul de São Paulo, a patroa sempre guardava os potes de sorvete para que ela pudesse utilizar em sua casa. O que chama atenção no grandioso fato de bondade, é que ela nunca ganhara um pote de plástico da marca boa “Tupperware” que a patroa tinha. Numa de nossas conversas ela ainda ri e me diz: “Mal ela sabe, que eu sempre passava nas lixeiras e largava aquelas sacolas cheias de pote de sorvete e quando chegava em casa olhava com orgulho meu armário com as “Tupperware” que eu mesma comprei”.

Vejo em Serena, a sagacidade de conhecer o ambiente, é perceptível enxergar a “vantagem epistêmica” em seu cotidiano. É ela que mapeia e organiza toda a vida cotidiana das famílias que trabalha e da sua própria casa. Sua movimentação, o modo como se porta nos ambientes provém de um aprendizado constante advindo dos lugares sociais que está presente.

Luatina

Busquei em minha memória uma palavra que pudesse representar o que vi em Luatina. Em termos acadêmicos, poderíamos dizer que as relações e as experiências de sua vida refletem a herança colonial. Em nossas conversas existe, claramente, uma hierarquia social e racial que ela aceita e respeita, infelizmente, ela está abaixo de todas. Vejo nela, uma pessoa que transmitiu à sua família uma educação altamente baseada em padrões coloniais para a aceitação social. Há

em suas palavras a negação do *ser negro* e a aceitação de uma obediência devida para com os brancos e ricos.

Viúva aos trinta anos e mãe de seis filhos, Luatina sobreviveu como empregada doméstica a partir de meados dos anos 70, 80 e 90. Nordestina vinda da Bahia, migrou para São Paulo junto com seu esposo e cinco filhos, buscando a expectativa de crescimento financeiro no período mais alto das lutas proletárias no Brasil. Se situou ainda nova em um distrito nordestino em São Paulo, localizado na zona leste da cidade. Sua casa foi residência de passagem para muitos companheiros nordestinos que também almejavam uma melhoria financeira.

Seus relatos sobre o período de trabalho doméstico são compostos por uma série de negações e afirmativas que evidenciam um racismo muito cruel consigo e com sua família, mas que ela mesma se esquivava da situação. Lélia Gonzalez (CARDOSO, 2014), Neusa Santos (1984) e Fanon (2008) concordam sobre uma construção psicológica e social do ser. O negar a si, a sua história e ao seu pertencimento faz parte de um processo de branqueamento, hierarquias e obediência no Brasil.

A glorificação e o respeito pelos patrões é algo muito presente na casa dessa mulher, que há quase 15 anos está aposentada e ainda lembra com carinho o nome de todos os moradores da última casa em que trabalhou. Nessa última vivência trabalhou para uma família judia abastada da grande São Paulo que a ajudou e a acolheu. Seus filhos sempre estavam bem vestidos porque as vestimentas que não serviam mais para as crianças da casa eram doadas para essa mãe, bem como os eletrodomésticos, os móveis, os calçados. Todos já utilizados. Segundo ela e seus filhos, alguns alimentos que sobravam no farto banquete judeu também chegavam em sua casa nordestina dentro de sacolas cheias de doces, pães e frutas.

Sempre quieta nas casas em que prestava serviço, Luatina ainda era chefe de família, mapeava, governava e impunha sua educação para aquelas crianças que tanto dependiam dela. Suas filhas mais novas ajudavam na organização familiar.

Hoje, quase aos 80 anos, Luatina se orgulha da história de sua vida e sempre repete uma frase que ouço na música “Bença” do rapper Djonga³⁰: “Crie meus filhos tudo sozinha e nessa família não tem vagabundo!”. Embora nenhum de seus filhos tivessem tido acesso a bons

³⁰ Vide em: <https://www.lettras.mus.br/djonga/benca/>

empregos e estudos, é possível ver o orgulho em seus olhos ao dizer que todos têm uma moradia, uma família e alimento na mesa. Suas lutas e traumas foram costuradas da forma em que ela se enxergou e se aceitou no mundo e isso não deslegitima sua história.

Joana

Conheci Joana em um trabalho e nunca a esquecerei. Talvez eu não tive espaço para fazer moradia em suas memórias. Será que ela lembra de mim? Joana, com cerca de 46 anos, trabalhava há 15 para uma mesma família. Eu percebia em seus movimentos, olhares e fala a sensação de alerta, de defesa. Joana não costumava conversar, apenas respondia o que lhe era perguntado

As horas cansativas de trabalho não compensavam a única folga na semana, os dias de aniversário trabalhados e as horas extras não eram acertadas corretamente. Algumas vezes escutava-a rir ao telefone, quando a patroa não estava. Comentava sobre os momentos de lazer nas noites do final de semana. Imaginava que fora dali, era uma mulher aberta à vida, disposta. Ela gostava de forró, de ir a bares e dançar à noite.

Joana é mato-grossense, nascida em Rondonópolis. Tem duas filhas e dois netos, sempre foi mãe solteira. Moravam todos juntos na cidade em que nasceu. Embora não conversasse muito comigo, eu conseguia retirar algumas palavras e uns sorrisos daquele rostinho bravo, que quando via a criança da casa, se derretia. Ela nunca terminou os estudos, e desde muito cedo ajudava a mãe com os cuidados econômicos da casa.

No trabalho, eu percebia algo de muito errado na forma como que essa mulher era tratada. Mais do que responsabilidades do serviço que exercia, a forma como a tratavam era de subordinação excessiva. As situações ocorriam com muita naturalidade, e eu me assustava. Seu trabalho era deslocado de acordo com as viagens e organização da família empregadora. Às vezes passava alguns meses em outras cidades, às vezes dormia no apartamento para cuidar da criança. Em uma das situações que presenciei, recordo-me que quando a família chegava com as compras do supermercado, as sacolas ficavam no porta malas do carro e a empregada doméstica da casa as buscava sozinha.

Nessa casa, eu exercia a função de babá. Quando vi a situação pela primeira vez, corri para ajudar Joana, e rapidamente a patroa pediu para que eu cumprisse com as minhas obrigações e não as de minha companheira. Logo em seguida, avistei Joana com uma caixa

fechada com 12 litros de leite no ombro entrando pela porta do apartamento. Era claro a raiva de Joana e a necessidade financeira para estar trabalhando naquelas condições. O banheiro que usávamos se localizava dentro da lavanderia, costume de uma arquitetura colonial moderna que continua confinando as empregadas domésticas aos fundos das casas, para que ninguém as veja. Quanto às refeições, como de hábito, eram feitas depois de todos os membros da família se alimentarem, quando não eram feitas, porque os patrões não se preocupavam em deixar para os trabalhadores da casa.

Durante todos os meses que fiquei ali, nunca vi uma palavra de cuidado dos empregadores com Joana, assim como era a indiferença com todos os trabalhadores pretos que exerciam funções na casa, mas com Joana era perceptível o desdém... Era como se ela não existisse ali. De fato, sempre existiu uma hierarquia, como se ela tivesse nascido para servi-los e não fosse outra coisa além de alguém que estava ali para subsidiar a vida cotidiana deles. Joana é muita coisa. É mãe solteira, risonha, gosta de crianças e de namorar. Perdeu a mãe há poucos anos, gosta de cerveja e de dançar forró. Naquela casa, nossa humanidade era, perceptivelmente, negada quando adentrava no condomínio do prédio, nossas vozes se perdiam, nossos corpos entravam em situação de defesa.

Ainda na graduação, enquanto eu produzia o TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) procurei Joana para ver a possibilidade de ela contribuir com o trabalho (o tema ainda era “o emprego doméstico no Brasil”). Joana hesitou rapidamente e só proferiu as seguintes palavras “eu não posso falar nada, estou trabalhando ainda, não posso. Por favor não me procure, não posso te ajudar”. Novamente eu senti o medo daquela mulher em perder o emprego e o silêncio que tomava conta de suas palavras. Dois anos após, recebi a notícia de que ela havia ido morar em outro Estado. Existe uma felicidade dentro de mim, esperando que ela esteja sorrindo e livre de um emprego como aquele e pessoas como aquelas.

Verena

Verena é uma mulher de cerca de 48 anos. Não tive tempo de a conhecer e não gostaria de reduzi-la a poucas palavras, porque olhar aquela mulher de longe me fez ter uma sensação de grandeza que poucas vezes senti, por isso hoje escrevo sobre ela. Essas são minhas percepções sobre as situações que vivi, e onde ela estava presente.

Conheci a casa em que Verena trabalhava porque exerci uma função acadêmica para seu patrão. Todas as vezes que fui até a casa prestar serviços lá estava ela, calada, com o mesmo

olhar das outras vezes. De sua boca só tive prazer de ouvir “oi” e “boa tarde”. Seu patrão era um senhor branco, altamente racista, carregou até hoje traumas causados pela convivência com ele. A forma com que ela era absolutamente ignorada por ele dentro da casa me causava uma sensação de impotência muito grande. Ele literalmente *mandava* ela fazer tudo. Desde levantar móveis pesados, até fazer sucos para visita. A questão aqui é a forma como ele “pedia” para ela fazer, colocando-a em uma condição de inferioridade. Verena não podia sentar nos sofás, nas cadeiras e bancos.

Certa ocasião, fui convidada para almoçar, já que estava trabalhando no escritório no horário de almoço da família. Observei que Verena não se sentou conosco. Ao questionar seu patrão, apenas me disse que ela comeria depois. Continuei esperando e depois que ela limpou todo o contexto de almoço, colocou as sobras raspadas das panelas em um prato diferente do que tínhamos almoçado e se sentou em uma mesa ao canto da cozinha para se alimentar. Saí da cadeira do escritório, de onde eu observava a situação e sentei-me na mesa principal chamando-a para sentar-se comigo. Bruscamente, Verena apenas balançou a cabeça com sinal negativo e continuou fazendo sua refeição. Pensei naquela mulher durante muitos dias.

Verena é uma negra retinta, e que como dito anteriormente, o racismo se infla de acordo com a tonalidade da pele. Não vivi muito tempo ali para identificar as violências que essa mulher passava, mas certamente a família branca de classe média, moradora de condomínio de luxo, a silenciava inclusive para falar com quem chegava na casa. Ela trabalhava ali há cerca de 5 anos. Três palavras não me deixam esquecer Verena: silêncio, tristeza e impotência.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi composto de memórias, muitas delas doloridas, mas todas ancestrais. Ao longo de dois anos pude me reencontrar nas mulheres de minha memória, nas mulheres que estão presentes em minha vida e nas mulheres que moram em mim. Aqui teci convites para que, como Fanon propõe, comecemos a escrever nossas próprias histórias. Minhas experiências coletivas, pensadas posteriormente, permitiu que eu me vislumbrasse através das palavras de Conceição Evaristo (1980, p.30) já que sou todos aqueles que passaram pelos becos de minha memória, sou os "homens, mulheres, crianças que se amontoaram dentro de mim, como amontoados eram os barracos de minha favela.”

O que me propus a tecer nessas páginas, foi não apenas uma escrita individual e egoísta, mas uma escrita que gostaria de ter tido acesso, uma escrita próxima às nossas realidades, as

cores de nossa ancestralidade, e desejo que outras mulheres e jovens também possam se identificar nesta leitura.

A literatura em comunhão com as análises acadêmicas foram ponto fundamental para o florescer das palavras escritas e do sentido que tomaram. A construção deste trabalho se deu no âmbito de autoconhecimento enquanto mulher preta, o que traz para minhas palavras todo o carinho, afeto e cuidado de mulheres *negras* familiares, na mídia, na literatura, na arte ou na academia.

Trago histórias e memórias de minha família e de colegas de profissão, que coincidem com outras histórias e outras famílias pretas. Em minhas ideias, estão as mulheres que estão produzindo conteúdo digital para a população que tem acesso à mídia e conhecimento para o cuidado de outras mulheres *negras*. Estes encontros ancestrais são fortalecedores e dão sentido às nossas vidas, muitas vezes cansadas e violentadas.

A história, acessada pela maior parte da população preta nas escolas e na historiografia, prevalentemente, não é sobre o nosso povo. Não é para nós, ao contrário, nos objetifica e é decorrente do racismo estrutural, do racismo institucional. Existiram e existem autores que demarcaram nossa história, que pesquisaram e se dedicaram, e se dedicam, a estudar a história indígena, quilombola, preta, as relações étnico-raciais, o racismo e a sociedade, que se inserem na universidade para contestarem a objetificação, e o racismo. Esses autores estão sendo acessados a pouco tempo em nosso país.

Portanto, é com apoio e respeito a esses pesquisadores anteriores, aos militantes dos movimentos *negros*, aos nossos mais velhos, que abriram espaço para que eu e outros pudéssemos estar aqui hoje, e com o que defende a escritora nigeriana Chimamanda Adichie, ou seja, com os perigos de uma história única, visto os reflexos que isso provoca nas vidas de todas as pessoas não brancas, que este trabalho se preocupa.

A literatura e as produções acadêmicas e hegemônicas, via de regra, não se preocupam com as produções social, cultural e política do povo. Aí reside o diferencial da literatura *negra* que propicia um encontro ancestral, acolhimento, o entendimento das dores, aqui especialmente, do povo preto.

Deixo meus agradecimentos às mulheres pretas produtoras de conhecimento e conteúdo, que nos auxiliam no caminho do autoconhecimento, do autocuidado, da

autopercepção, da beleza, dando lógica, sentidos e conforto para nossos peitos latejantes. Por meio da música, de discussões, de conversas, de escritos.

Somos resultados dos processos que passamos, mas também somos imensas e muito maiores que as amarras coloniais. Somos universos em expansão, quedas d'água, oceanos e quando desaguamos é com a força latente de quem pulsa coragem.

Na medida em que a escrita foi tomando forma, pude perceber os reflexos do colonialismo no decorrer da minha vida, nas relações sociais, nos processos e políticas educacionais. As conclusões são registradas na medida em que a vida caminha, deixo marcado aqui que a colonialidade marcou todas as horas da minha vida até hoje. Se fez presente nos dias de dificuldade, de violência e de dor, mas paralelo a isso, a ancestralidade também estava ali para não me deixar cair.

Como na vida de milhares de mulheres negras brasileiras, os caminhos que a colonialidade nos fez percorrer foi assinalado por violências psicológicas, físicas, religiosas, abusos, enfrentamentos sociais, políticos e familiares. Escrevi com a marca dos mesmos pés que aos 18 caminharam quilômetros para chegar não apenas no emprego, mas num futuro onde pisassem com a leveza de ser quem se é e quem quer se tornar. Escrevi com as memórias dos dias em que a chuva gelava meu corpo, dos dias de solidão na infância, dos dias em não me reconheci nem no espelho, nem em minha mãe, nem nas mídias. Escrevi também lembrando dos olhos das crianças que passaram por mim, com o sorriso gostoso de minha irmã mais nova, com a luta diária e o suor de meu pai nos dias de Sol. Com a esperança pela educação. Convidoo-as para se reconstruírem e se emanciparem comigo, nessa trajetória infindável, de memorização e desconstrução que é a escrevivência. Neste texto e como emancipação ancestral trago comigo todas aquelas que fui e todas aquelas que passaram por mim.

Agradeço a leitura, agradeço a companhia. Emancipem-se.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Humanitas UFMG, 2013.
- ALVES, Claudete. **Virou Regra?** São Paulo: Scortecci, 2010
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ANZALDÚA, Glória. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, ano 8. p. 229-23, 2000.
- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013.
- CARDOSO, Claudia Pons. Por uma epistemologia feminista negra do sul: experiências de mulheres negras e o feminismo negro no Brasil. **13º Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero**, v. 11, 2017.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. **Revista Eletrônica Estudos Avançados**, v. 17 n. 49, p. 117-132, 2003.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramon.(Coord.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100099&lng=en&nrm=iso>. acesso em 23 de julho de 2020.
- CRENSHAW, Kimberlè. A Interseccionalidade na Discriminação de Gênero e Raça. **Revista Estudos Feministas**, n. 1, Universidade Católica de Salvador, 2002.
- DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DÍAZ-BENÍTEZ, Maria Elvira, MATTOS, Amana. **Interseccionalidade: zonas de problematização e questões metodológicas**. In.: Metodologia e relações internacionais: debates contemporâneos: vol. II / Isabel Rocha de Siqueira ... [et al.] (organizadores). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, p. 67-94, 2019.
- EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 1980.
- FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUfba, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GONZALES, Lélia. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, Rio de Janeiro, p. 223-244, out. 1980. IV Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais.

HERCULANO, Sirlene. Racismo Ambiental: O que é isso? **Professores UFF**, 2014. Disponível em: www.professores.uff.br/seleneherculano/textos. Acesso em: 17 de jun de 2019.

HOOKS, bell. **Ain't I a woman?** Black women and feminism. Cambridge: South End Press, 1981

HOOKS, bell. **Escrevendo uma autobiografia**. In: All About Love: New Visions. Disponível em: <https://medium.com/enugbarijo/escrevendo-uma-autobiografia-por-bell-hooks-b10a54e3e6c> Acessado nov de 2020

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: A educação como prática de liberdade. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, bell. Vivendo de amor. In: **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**, v. 2, p. 188-198, 2000.

HOOKS, Bell. **11 Feridas Internas: Abuso e Abandono**. In.: Rock My Soul: Black People and Self Esteem. Disponível em: <https://medium.com/enugbarijo/feridas-internas-abuso-e-abandono-por-bell-hooks-c59ebf2365de> Acessado em jun de 2020.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Círculo do Livro, 1960.

JOVINO, Ione da Silva. Crianças negras na história: Fontes e discursos sobre a breve infância permitida pelo escravismo oitocentista brasileiro. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 2, p. 189-225, 2015.

KILOMBA, Grada. **Memórias de Plantação**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEÃO, Ryane. **Jamais peço desculpas por me derramar**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

LEÃO, Ryane. **Tudo nela brilha e queima**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2017.

MANDUME. Intérprete: Emicida feat Drik Barbosa, Amiri, Rico Delasam, Muzzike e Raphão Alaafin. Compositor: Emicida. In: **Sobre crianças, quadris, pesadelos e lições de casa**. Intérprete: Emicida. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2015. Faixa 12 (8m15s).

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo^{3ª} ed. Nº 1 edições, 2014.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MUNDURUKU, Daniel. Educação indígena: do corpo, da mente e do espírito. **Múltiplas Leituras**, v. 2, n. 1, p. 21-29, 2009.

NOGUERA, Renato. O poder da infância: espiritualidade e política em afroperspectiva. **Momento - Diálogos em Educação**, ABNT, v. 28, n. 1, p. 127-142, abr. 2019. ISSN 2316-3100. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/momento/article/view/8806/5769>>. Acesso em: 15 set. 2020.

PRECIADO, Beatriz. Quem defende a criança queer? Tradução: Fernanda Ferreira Marcondes Nogueira, **Revista Jangada**, n. 1, p. 96-99, 2013. Disponível em: <https://revistajangada.ufv.br/Jangada/article/view/17/2>

PUAR, Jasbir. “Prefiro ser um ciborgue a ser uma deusa”: interseccionalidade, agenciamento e política afetiva. **Meritum, Revista de Direito da Universidade FUMEC**, v. 8, n. 2, 2013.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. **Biblioteca CLACSO**. Buenos Aires, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 17 de jun de 2019.

RIBEIRO, Esmeralda. BARBOSA, Márcio. Bife com batatas Fritas. **Cadernos Negros: Contos afro-brasileiros**. Vol. 30. São Paulo: Quilombhoje, 2007. p. 43 - 47

SANTOS, Thereza. Mulher negra. **Acervo CULTNE**, 1985. Disponível em: <http://www.cultne.com.br/tereza-santos-nos-deixa-um-legado-exemplar-como-militante-negra/> > Acesso em: 08 de dezembro de 2020.

SANTOS, Gabriella. O dia mais triste do ano. Geledés. 2019. Disponível em: O dia mais triste do ano - Geledés (geledes.org.br). Acesso em: 03 de março de 2021.

SOUZA, Claudete Alves da Silva. **A solidão da mulher negra: sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo**. 2008. 174 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

SCUDDER, Priscila. **Pomeri: Espaço de Reclusão Máquina de Guerra**. Rio de Janeiro: Câmara Brasileira de Jovens Escritores, 2011

SCUDDER, Priscila. Pedagogia da Casa. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 04, n. 11, p. 612-625, maio/ago. 2019

SCHÉRER, René. Infantis. **Charles Fourier e a infância para além das crianças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

SOUZA, Neusa Santos. **Torna-se Negro**. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SILVA, Gabriella. SILVA, Leidiane. CARVALHO, Pietra. SCUDDER, Priscila. Racismo Ambiental em 'Quarto de despejo': Percepção de favela por uma poeta negra do séc. XX. In: **I Cólóquio Internacional de Racismo Ambiental: Ecologia, Interculturalidade e Educação**, 2019, Rondonópolis. Anais do I Cólóquio Internacional de Racismo Ambiental: Ecologia, Interculturalidade e Educação, 2019

SILVA, Rosana. ANDRÉ, Robson. WANDERLEY, Sergio. BAUER, Ana Paula. Josué de Castro e a Colonialidade do Poder, do Ser e do Saber: Uma Contribuição para a Opção Decolonial em Estudos Organizacionais. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, jan/abr, 2020